

ROSANE PATRÍCIO DOS SANTOS

**ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NO COMBATE A EXPLORAÇÃO
SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES: UMA ANÁLISE APLICADA NO
CREAS/PAEFI DO MUNICÍPIO DE JI PARANÁ / RO**

JI-PARANÁ/RO

2019

ROSANE PATRÍCIO DOS SANTOS

**ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NO COMBATE A EXPLORAÇÃO
SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES: UMA ANÁLISE APLICADA NO
CREAS/PAEFI DO MUNICÍPIO DE JI PARANÁ / RO**

Monografia apresentada à Banca Examinadora do Centro Universitário São Lucas/ Ji-Paraná, como requisito de aprovação para obtenção do Título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Professora Mestra Rafaela Maia Gomes

JI-PARANÁ/RO

2019

S237a

Santos, Rosane Patrício dos

Atuação do assistente social no combate à exploração sexual de crianças e adolescentes: uma análise aplicada no CREAS/PAEFI do município de Ji-Paraná / RO / Rosane Patrício dos Santos. Ji-Paraná: Centro Universitário São Lucas, 2019. 68 p. il.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Centro Universitário São Lucas, Curso de Serviço Social, Ji-Paraná, 2019.

Orientadora: Prof^a. Ms. Rafaela Maia Gomes

1. Serviço Social. 2. Criança e adolescente. 3. Exploração sexual. I. Gomes, Rafaela Maia. II. Atuação do assistente social no combate à exploração sexual de crianças e adolescentes: uma análise aplicada no CREAS/PAEFI do município de Ji-Paraná / RO. III. Centro Universitário São Lucas.

CDU 364.022

Ficha catalográfica elaborada pelo bibliotecário José Fernando S Magalhães
CRB 11/1091

ROSANE PATRÍCIO DOS SANTOS

**ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NO COMBATE A EXPLORAÇÃO SEXUAL
DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES: UMA ANÁLISE APLICADA NO
CREAS/PAEFI DO MUNICÍPIO DE JI PARANÁ / RO**

Monografia apresentada à Banca Examinadora do Centro
Universitário São Lucas/ Ji-Paraná, como requisito de aprovação
para obtenção do Título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Professora Mestra Rafaela Maia Gomes

Ji Paraná, 21 de junho de 2019

Avaliação/Nota:

BANCA EXAMINADORA

Resultado: _____

Orientadora/Prof. Mestra Rafaela M. Gomes

Centro Universitário São Lucas

Coordenadora: Dulce Teresinha Heineck

Centro Universitário São Lucas

Assistente Social: Yolanda F. Acerbi

Centro de Referência Especializado
de Assistência Social CREAS/PAEFI

“O momento que vivemos é um momento pleno de desafios. Mais do que nunca é preciso ter coragem, é preciso ter esperanças para enfrentar o presente. É preciso resistir e sonhar. É necessário alimentar os sonhos e concretizá-los dia-a-dia no horizonte de novos tempos mais humanos, mais justos, mais solidários”.

IAMAMOTO, Marilda

Dedico esta monografia a Deus que me fortaleceu neste caminho guiado por Ele, a minha família no qual peço desculpas pela minha ausência e amigos que conheci no decorrer do tempo. Em especial aos meus pais e meu esposo que não mensuraram esforço para me apoiar.

Amo vocês!

AGRADECIMENTOS

A Deus primeiramente, por mais esta vitória, a qual não foi fácil diante de duras batalhas travadas dia a dia, por cada manhã que renovou as esperanças e por não permitir perder a fé no ser humano mesmo quando vários motivos e situações nos levam a isso.

A toda a minha família, em especial aos meus pais, Rozemar Patrício Barbosa, Clemilda Martins Patrício e meu esposo Alessandro Dos Santos, pessoas que merecem em grande parte os méritos por esta conquista. Meus eternos agradecimentos pelo incentivo, paciência e empenho na realização deste sonho expresso em minha formação profissional, minha consideração e carinho a estes é imensurável.

A esta instituição de ensino, seu corpo docente, direção e administração que oportunizaram a janela que hoje vislumbro um horizonte superior, eivado pela acendrada confiança no mérito e ética.

Aos professores e professoras, por me proporcionarem o compartilhamento das mais diversas dimensões do saber, em especial à coordenadora do curso Mestre Dulce Teresinha Heineck, Mestre Dalva Felipe de Oliveira e Odete Rigato Miotto.

A minha querida orientadora Rafaela Maia Gomes, mestra e amiga, por auxiliar a relativizar simples esboços em conhecimento científico da realidade social, no âmbito da formação profissional, ao instruir, dialogar e orientar. Obrigada pela oportunidade de compartilhar importantes momentos na realização deste trabalho e por todo decorrer no processo de graduação do Curso de Serviço Social, sua presença foi de suma importância.

Aos membros da equipe multiprofissional do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos do CREAS/PAEFI de Ji Paraná/RO: A Coordenadora Glécia Rani, a pedagoga Prince Emanuelle psicóloga Mariana Spinelli, a Assistente Social Vera Lucia Longo Sartor, principalmente a Assistente Social Yolanda Flores Acerbi, a minha supervisora decampo, pela oportunidade de conhecer sua prática profissional e vivenciar inúmeras situações

quanto à complexidade de atuar no enfrentamento dessa expressão da questão social.

Enfim, meus sinceros agradecimentos a todos que contribuíram de forma direta ou indireta para que eu pudesse concluir mais uma importante etapa na minha vida. Que o amor de Deus alcance o coração de cada um.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

SAM - Serviço de Atendimento

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente

FUNABEM - Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor

FEBEM - Fundação Educacional do Bem-Estar do Menor

SEAS - Secretaria de Estado de Assistência Social

MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

SEDH - Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República

CREAS - Centros de Referência Especializados de Assistência Social

LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social

SUAS - Sistema Único da Assistência Social

NOB – Norma Operativa Básica

CFP - Conselho Federal de Psicologia

PL - Projeto de Lei

PAIF- Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família

RO – Rondônia

PROERD – Programa Educacional de Resistência às Drogas

APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

DECA - Departamento Estadual da Criança e do Adolescente

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1. CAPÍTULO METODOLOGIA	13
1.1 CONCEITO	13
1.2 MÉTODO DE PROCEDIMENTO	13
1.2.1 Estudo De Caso	13
1.2.2 Técnicas Para Coleta De Dados	15
1.2.2.1 Observação	16
1.2.2.2 Entrevista	17
1.2.2.3 Questionário	18
1.2.2.4 Visita Domiciliar	19
1.2.2.5 Pesquisa Bibliográfica	20
1.3 MÉTODO DE ANÁLISE DIALÉTICO	23
2. CONCEPÇÕES SÓCIO-HISTÓRICA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO BRASIL	26
2.1 HISTÓRIA DA INFÂNCIA	26
2.2 CONCEITO E ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA À INFÂNCIA	31
2.3 LEGISLAÇÃO BRASILEIRA ATUAL DE COMBATE AO ABUSO SEXUAL DE CRIANÇAS	34
3. RELATO DA PRÁTICA DE ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL NO CREAS/PAEFI..	44
3.1 CONTEXTO HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO	44
3.2 A PRÁTICA DO ASSISTENTE SOCIAL NO ENFRENTAMENTO O ABUSO SEXUAL	47
3.3 RELATO DA INTERVENÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL PELO ESTÁGIO	49
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	63
REFERÊNCIAS	65

RESUMO

O tema abordado trata sobre o enfrentamento e combate do abuso e exploração sexual infanto-juvenil no CREAS/PAEFI do Município de Ji-Paraná/RO. Discute ainda a inserção do profissional de Serviço Social nas questões da criança e do adolescente no sentido de integrá-los a programas sociais e lutar pela garantia de acesso aos direitos sociais e no processo de ressocialização. Para integrá-los e acompanhá-los, é preciso conhecer a realidade destas famílias, diagnosticar os problemas para poder planejar e intervir de forma pontual visando sanar, ou pelo menos minimizar os problemas vivenciados por esses usuários dos serviços sócio assistenciais. Neste trabalho foi utilizado como método de procedimento o estudo de caso com as técnicas de observação, questionário e a visita domiciliar. Com relação às políticas de proteção e desenvolvimento da criança e do adolescente. A Constituição de 1988 no Art. 227 ressalta que: *“é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, (...)”*, ou seja, os direitos, a proteção à criança e ao adolescente deve ser assegurada pelas gerações adultas. A família, a sociedade e o Estado são explicitamente reconhecidos como as três instâncias reais e formais de garantia dos direitos elencados na Constituição e nas demais Leis como, por exemplo, o Estatuto da criança e do Adolescente. A violência contra crianças e adolescentes configura um processo endêmico e global que tem características e especificidades inerentes às diferentes culturas e aspectos sociais. Mas, definitivamente, há abuso do poder disciplinador e coercitivo dos pais ou responsáveis, além da completa expropriação do poder da criança ou adolescente, violando direitos essenciais e comprometendo significativamente o seu desenvolvimento afetivo. Para proteger a criança e o adolescente, como reza a legislação é necessário que se desenvolvam políticas sociais, para estas. Diante das diversas questões que os envolvem, como o trabalho infantil, a exploração sexual, é que se faz necessário de um profissional qualificado para intervir. O trabalho do profissional de Serviço Social, nas questões que envolvem a criança e o adolescente, é de extrema relevância, pois além de atuar no atendimento a estes e suas famílias intervém na prevenção de futuras violações de direitos. Para concretização da Lei na garantia de direitos, é fundamental que governo, profissionais e sociedade em geral unam esforços, pois só assim as crianças e adolescentes alcançarão a tão sonhada proteção a qual tem sido negligenciada. O combate à exploração e abuso de crianças e adolescentes é papel de toda a sociedade e nesse sentido os profissionais de Serviço Social se inserem nas instituições prestadores de serviços sociais visando além de permitir o acesso as políticas de garantia realizar campanhas de orientação e prevenção ao abuso e exploração infanto juvenil.

Palavras chave: Serviço Social. Criança e adolescente. Exploração Sexual.

ABSTRACT

The topic addressed is the confrontation and combat of child sexual abuse and exploitation in the CREAS / PAEFI of the Municipality of Ji-Paraná / RO. It also discusses the inclusion of the Social Work professional in the issues of children and adolescents in order to integrate them into social programs and fight for the guarantee of access to social rights and in the process of resocialization. In order to integrate them and to accompany them, it is necessary to know the reality of these families, to diagnose the problems in order to plan and intervene in a punctual way in order to remedy, or at least minimize, the problems experienced by these users of the social assistance services. In this work, the case study with observation techniques, questionnaire and home visit was used as the procedure method. With regard to the policies for the protection and development of children and adolescents. The 1988 Constitution in Art. 227 states that: "It is the duty of the family, society and the State to assure to the child and the adolescent, with absolute priority, the right to life, health, food, . ", That is, rights, protection of children and adolescents must be ensured by the adult generations. The family, society and State are explicitly recognized as the three real and formal instances of guarantee of the rights listed in the Constitution and in other Laws, such as the Statute of the Child and Adolescent Violence against children and adolescents constitutes an endemic and global process that has characteristics and specificities inherent in different cultures and social aspects. But there is definitely abuse of the disciplinary and coercive power of parents or guardians, as well as the complete expropriation of the power of the child or adolescent, violating essential rights and significantly compromising their affective development. To protect children and adolescents, as the law says, it is necessary to develop social policies for them. Faced with the many issues that involve them, such as child labor, sexual exploitation, is that a qualified professional is needed to intervene. The work of the Social Work professional in the issues involving the child and the adolescent is of extreme relevance, since in addition to acting in the care of these and their families he intervenes in the prevention of future violations of rights. In order to fulfill the Law in guaranteeing rights, it is fundamental that government, professionals and society in general join forces, because only then will the children and adolescents achieve the much-desired protection that has been neglected. The fight against the exploitation and abuse of children and adolescents is the role of the whole society and in this sense the Social Service professionals are inserted in the institutions providing social services, aiming beyond the access to the guarantee policies to carry out orientation and prevention campaigns to abuse and juvenile exploitation.

Key Words: Social Service. Child and Teenager. Sexual Exploitation.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho é resultado de observações realizadas durante o período de Estágio em Serviço Social, o qual decorreu no Serviço de Enfrentamento ao Abuso e a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes CREAS/PAEFI do município de Ji Paraná/RO durante o ano de 2018.

As concepções relacionadas ao campo de estudo, ressaltam não somente a realidade social constatadas nos casos de crianças e adolescentes vitimados por questão ligadas ao abuso e exploração sexual, mas também, apresentam as dimensões ético- políticas de enfrentamento e combate ao abuso.

O primeiro capítulo pontua a revisão metodológica a qual se constitui de fundamental relevância para a construção do conhecimento científico possibilitando análises críticas em um processo orgânico contínuo de construção e desconstrução de concepções de mundo, a metodologia norteia as análises das correlações de poder presente na sociedade para empreender ações com a crítica dos caminhos possíveis para intervenção.

No segundo capítulo delineiam-se conceitos fundamentais referente ao contexto histórico da criança, bem como em relação à situação de violência. Aborda as leis e políticas voltadas ao enfrentamento da violência e abuso sexual de crianças e adolescentes que surgiram no Brasil no decorrer dos anos. Analisa fundamentado em diversos autores a problemática enfrentada pela infância nos diversos contextos sócio históricos.

No terceiro capítulo aponta o processo histórico do Serviço de enfrentamento ao abuso e exploração sexual CREAS/PAEFI. Descreve as ações da equipe multidisciplinar e a intervenção do Serviço Social na prevenção evitando novos casos de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes no município de Ji Paraná. Neste contexto o relato da prática de estágio em Serviço Social é uma síntese articulando a vivência em campo com teoria apreendida durante o processo de formação acadêmica. Descreve ainda o papel do Serviço Social no contexto de atendimento aos usuários de Serviço Social na instituição CREAS/PAEFI.

1. CAPÍTULO METODOLOGIA

1.1 CONCEITO

A metodologia é o conjunto de métodos, técnicas e instrumentos entre outros procedimentos que convergem para a busca do conhecimento científico em uma temática específica de uma dada realidade.

Em seu sentido mais geral, o método é a ordem que se deve impor aos diferentes processos necessários para atingir um fim dado ou um resultado desejado. Nas ciências, entende-se por método o conjunto de processos que o espírito humano deve empregar na investigação e demonstração da verdade (CERVO & BERVIAN, 1983, p.23).

Pela definição rigorosa da metodologia, isto é, do conjunto de métodos, técnicas e instrumentos, conseguimos planejar e executar uma pesquisa de excelência a qual seja relevante para a sociedade. A metodologia estabelece um roteiro a ser seguido, mostrando as práticas corretas para se desenvolver um trabalho dentro dos parâmetros estabelecidos pela ciência.

Assim, a metodologia permite que o e estagiário pesquisador juntamente com seu orientador busque novas formas, novos meios de desvelar a realidade, bem como um cabedal teórico que enriqueça a visão a respeito daquela realidade e permita a descoberta de novas hipóteses e novos caminhos para a proposta interventiva na realidade.

1.2 MÉTODO DE PROCEDIMENTO

1.2.1 Estudo De Caso

O método de procedimento utilizado para captar minuciosamente a problemática do abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes no município em questão foi o estudo de caso. O estudo de caso se caracteriza por um estudo com detalhamento empírico que parte da realidade vivenciada pelo investigador e aprofunda a questão em foco pela observação atenta e também pelo uso de outras técnicas tais como entrevista, entre outras. O estudo de caso,

É caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir o seu conhecimento amplo e detalhado, tarefa praticamente impossível mediante aos outros tipos de delineamentos considerados (GIL,1999, p. 72-73).

Dentro do contexto de estágio, cabe ao pesquisador acompanhar os casos de abuso e/ou exploração sexual de crianças e adolescentes e reunir informações fidedignas a respeito do caso para poder melhor auxiliar as vítimas nos encaminhamentos adequados e evitar futura situação abusiva. Neste sentido verifica-se que,

Um estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre os fenômenos e o contexto não estão claramente definidos (YIN, 2005, p.32).

Assim, o estudo de caso é um método de procedimento que permite ao estudante pesquisador juntamente com seu orientador verificar os dados e tecer análises mais abrangentes e ao mesmo tempo com visão crítica minuciosa acerca do problema.

[...] o método de estudo de caso é uma importante estratégia metodológica para a pesquisa, pois, através dele o investigador se aprofunda em relação ao fenômeno estudado, permitindo a observação e identificação daquilo que não é notado superficialmente. Bem como, o estudo de caso favorece uma visão abrangente e total sobre os acontecimentos da vida real, destacando-se seu caráter de investigação empírica de fenômenos contemporâneos (YIN, 2005, p.32).

A temática de abuso sexual contra crianças e adolescentes não é nova, porém surge com nova roupagem na sociedade contemporânea e desafia os profissionais e estudantes a irem além do que já foi estudado e descoberto com o objetivo de propor solução para que esse tipo de violência deixe de acontecer e para que os abusadores sejam tratados ou punidos como determina a Lei.

A metodologia como se discutiu anteriormente está composta pelo conjunto de métodos e técnicas e demais instrumentos necessários à coleta e análise de dados.

Cabe ao pesquisador acompanhar os casos de abuso ou exploração sexual de crianças e adolescentes e focalizar os problemas oriundos para tecer os procedimentos posteriores, de forma que possa refletir sobre a intervenção profissional adequada a cada caso.

1.2.2 Técnicas Para Coleta De Dados

A coleta de dados é o ato de pesquisar, juntar documentos e provas procurando informações sobre determinado temas ou conjuntos de temas correlacionados de forma a facilitar as análises. É desenvolvida por diversos procedimentos desde a observação até a sistematização de questionários ou gravações de entrevistas, montagem de tabelas, anotações em diário de campo, entre outros instrumentos que facilitam para o pesquisador agrupar dados e efetuar as análises.

Para realizar uma pesquisa utilizamos diversos instrumentos e técnicas, entre os quais a entrevista, a observação, as técnicas coletivas, a dramatização, etc.; da mesma forma iluminado por nossa intencionalidade, preocupados não só com os resultados (coletas de dados, informações, produção do conhecimento), mas com o processo, como espaço para o estabelecimento de mediações, com o seu caráter pedagógico, reflexivo, transformado (PRATES, 2003, p.6).

O mesmo autor Prates (2003), descreve em seu livro que os instrumentos e técnicas se constituem em estratégias bem definidas a respeito da investigação de um contexto e para isso é preciso um conhecimento teórico aprofundado para que as mediações ocorram de forma qualitativa.

A coleta de dados, tarefa importante na pesquisa, envolve diversos passos, como a determinação da população a ser estudada, a elaboração de instrumento de coleta, a programação da coleta e também os dados e a própria coleta (CERVO, et al, 1983, p. 134).

Coletar dados requer do pesquisador uma postura ética inquestionável pois este está lidando diretamente com vidas já em muitos casos fragilizadas pela violência e que precisam de um tratamento humanizado.

Há diversas formas para coletar dados, todas com suas vantagens e desvantagens, na decisão de uma forma ou de outra o pesquisador levará em conta o que menos desvantagem oferecer, respeitados os objetivos da pesquisa (CERVO, et al, 1983, p. 135).

Nesse sentido o profissional a partir da coleta de dados vai ter em mãos as devidas informações sobre a história da família, sobre os aspectos que envolvem a situação de violência e quanto maior for o conhecimento teórico maior será a facilidade para captar dados empíricos e argumentos para análise da situação.

1.2.2.1 Observação

A observação é uma das técnicas que a maioria de pesquisadores utilizam, porém na área de Serviço Social ela é utilizada desde o momento que se propõe a investigar ou intervir em uma determinada realidade até ao momento da sistematização de conhecimentos mais científicos com a finalidade de avanços teóricos e práticos.

Este é o procedimento fundamental na construção de hipóteses, e o estabelecimento simétrico de relações entre os fatos no dia-a-dia é o que fornece os indícios para a solução dos problemas propostos pela ciência. Alguns estudos valem exclusivamente dessas hipóteses. E essa por si tem probabilidade de conduzir a um conhecimento suficientemente explicativo (GIL, 2002, p. 35).

Neste contexto a observação é uma técnica muito utilizada, mas pouco entendida como tal. Envolve atitudes de perceber, tomar conhecimento de uma situação/demanda ou acontecimento que possa ajudar a explicar ou a compreender a realidade dos sujeitos/usuários com o qual o profissional está intervindo.

A observação não é, em si, uma técnica no sentido lato da palavra, mas uma potencialidade a ser desenvolvida, a observação caminha passo a passo com a linguagem, ou melhor, dizendo com as linguagens, ambas estão presentes em toda a instrumentalidade profissional (MAGALHÃES, 2011, p 57).

Observar significa captar fenômenos, significa detectar e mensurar, qual o significado destes fenômenos no contexto em foco. Lembrar sempre, que em um primeiro momento, vemos a aparência do real, mas que devemos ir para além desta aparência para podermos desvendá-la em sua profundidade.

O principal instrumento de trabalho de observação é o chamado diário de campo, que nada mais é que um caderninho, uma caderneta, ou arquivo eletrônico no qual escrevemos todas as informações que não fazem parte do material formal de entrevistas em suas várias modalidades (MINAYO, 2007, p. 71).

Neste sentido, a observação é uma técnica muito utilizada, mas pouco entendida como tal. Ela pode ser traduzida em ouvir com atenção, não fazer pré-julgamentos e/ou discriminação do que está sendo observado.

A observação uma fonte rica para a construção de hipóteses e a observação se realiza dos fatos ou da correlação existente entre eles. As hipóteses terão

a função de comprovar (ou não) essas relações (LAKATOS & MARCONI, 1982, p. 137).

Esta técnica envolve atitudes de perceber, tomar conhecimento de uma situação/demanda ou acontecimento que possa ajudar a explicar ou a compreender a realidade dos sujeitos/usuários com o qual o profissional está intervindo.

Ao participar da realidade vivenciada pelas crianças e/ou adolescentes juntamente com a família, o profissional aprofunda o foco e constrói um conhecimento mais claro baseado na percepção do que está sendo observado. Outra técnica bastante usual no estudo de casos e que foi também por nós utilizada é a entrevista.

1.2.2.2 Entrevista

É uma técnica utilizada pelos pesquisadores nas diversas áreas e também por profissionais de Serviço Social junto aos usuários para levantamento e registro de informações que se referem ao problema em estudo. Esta técnica visa compor a história de vida, definir procedimentos metodológicos, e colaborar no diagnóstico social.

A entrevista pode assumir diferentes formas. Cada uma delas exige, naturalmente, do entrevistador habilidades e cuidados diversos em sua condução. Do responsável pela aplicação de entrevistas estruturadas exige-se apenas mediano nível de inteligência e de cultura, bem como treinamento operacional, já daqueles que vai proceder a condução de uma entrevista profunda, de caráter absolutamente não diretivo, exige-se profundos conhecimentos da personalidade humana e, pelo menos, um os dois anos de treinamento (GIL, 1999, p 122).

Embora seja uma construção conjunta, a entrevista segundo o autor acima, desenvolve uma autoridade que não revela autoritarismo e para captar informações concretas, o entrevistador precisa colocar-se como dominador da situação.

A entrevista consiste no diálogo com o objetivo de colher, de determinada pessoa ou informante, dados relevantes para a pesquisa em andamento. Portanto, não só os quesitos da pesquisa devem ser muito bem elaborados, mas também o informante deve ser criteriosamente selecionado (RUIZ, 1991, p.51).

A entrevista é uma técnica que requer planejamento sistemático prévio para que o entrevistador saiba conduzir o processo sem perder tempo e sem tornar-se invasivo na vida do entrevistado. Quando se trata do tema abuso sexual requer inclusive

cuidado redobrado dos entrevistadores, pois se trata de pessoas em situação de vulnerabilidade inclusive psicológica.

A entrevista implica relacionamento profissional em todos os sentidos: na postura atenta e compreensiva, sem paternalismos; na delicadeza do trato com o usuário do serviço, ouvindo-o, compreendendo-o e, principalmente, “enxergando-o” como sujeito de direitos (MAGALHÃES, 2011, p.48).

Ao realizar uma entrevista o entrevistador não deve confiar somente em sua memória, é preciso anotar os dados passados pelo entrevistado, mas para que isso aconteça é imprescindível a autorização do mesmo, tanto por questões de ética quanto para evitar transtornos futuros.

Há profissionais que têm por hábito anotar dados importantes dos relatos no decorrer da entrevista, seja porque não consegue recordar-se depois, seja porque a instituição conta com uma grande demanda que, por vezes, pode ocasionar troca ou a interposição das histórias relatadas. Em ambos os casos, é imprescindível explicar ao usuário os motivos da anotação, bem como solicitar-lhe permissão para fazê-la. Se esta for negada, o profissional deve respeitar a decisão do entrevistado (MAGALHÃES, 2011, p.48).

No local de trabalho, o profissional assistente social a partir do contato direto e individual com o usuário de seus serviços tem a chance de reunir informações e dados sobre o mesmo, “formulando um diagnóstico ou uma explicação para os problemas até chegar há uma resolução dando ao mesmo um caminho para essa resolução “enxergando-o” como sujeito de direitos”.

Em uma entrevista geralmente se utiliza o questionário o qual facilita a coleta dos dados de forma mais fidedigna.

1.2.2.3 Questionário

É um instrumento da pesquisa que utiliza uma lista de perguntas para servir de guia na investigação ou entrevista, cria possibilidades de conhecimentos, oferecendo ao pesquisador informações precisas e necessárias para o avanço do conhecimento a respeito de sua pesquisa.

O questionário consiste num elenco de questões que são apreciadas e submetidas a certos números de pessoas com intuito de obter resposta para a coleta de informações. E para que a coleta de informações seja significativa, cabe verificar os meios de como, quando e onde obter as informações (FERRARINI, 1993, p. 127).

O pesquisador deve deixar claro quais informações deseja ser colocada desde o início do estudo e qual é o objetivo da pesquisa para que assim possa obter as informações precisas e facilitar a posterior análise.

O questionário é a forma mais usada para coletar dados, pois possibilita medir com melhor exatidão o que se deseja. Em geral a palavra “questionário” refere-se a um meio de obter respostas às questões por uma forma que o próprio informante preenche (CERVO, et al, 1983, p.138).

Os diversos autores escrevem que o questionário deve ter natureza impessoal para assegurar uniformidade na avaliação de uma situação para outra, o que possibilitará coletar as informações e respostas mais reais em relação ao tema.

O contato profissional com o usuário em primeiro momento individual e posteriormente em grupo é de grande relevância, pois fortalece e propõe novas possibilidades de enfrentamento do problema. A pesquisa bibliográfica é uma ferramenta que muito auxilia o pesquisador desde o levantamento das hipóteses até a análise final e sistematização do conhecimento.

1.2.2.4 Visita Domiciliar

A visita domiciliar é um instrumento de trabalho do Serviço Social, tendo como objetivo principal conhecer as condições de vida da população usuária, logo garante uma aproximação da instituição com a realidade dos cidadãos demandantes dos serviços sociais. A visita ao domicílio das pessoas, “tem como objetivo conhecer as condições (residência, bairro) em que vivem tais sujeitos e apreender aspectos do cotidiano das relações, aspectos esses que geralmente escapam à entrevista de gabinete” (MIOTO, 2001, p. 148).

Está técnica é realizada pelo assistente social da instituição, pois o mesmo possui capacidade teórica, metodológica e ética para adentrar as residências das pessoas e analisar cada situação, principalmente o contexto sócio econômico destes em cada situação em particular sem desrespeitar as singularidades dos sujeitos. Este em particular,

[...] é um dos instrumentos que potencializa as condições de conhecimento do cotidiano dos sujeitos, no seu ambiente de convivência familiar e comunitária. As visitas domiciliares “têm como objetivo conhecer as

condições (residência, bairro) em que vivem tais sujeitos e apreender aspectos do cotidiano das suas relações, aspectos esses que geralmente escapam às entrevistas de gabinete” (MIOTO, 2001, p.148).

Pela visita domiciliar pode ser observado os cidadãos no espaço familiar e social com os demais sujeitos que mantêm laços afetivos e comunitários como, por exemplo, a vizinhança que o cerca. A visita facilita ainda mais a aproximação do profissional com os usuários dos serviços sócio assistenciais. Visitar com olhar de observador se intui que,

[...] é preciso ver fundo. Não é apenas especular, mas, é decodificar, é compreender as inter-relações causais. É ver fundo o singular sem desprezar o geral, é aproximar-se da realidade observada para ver o aparente, identificando- e, ser capaz de ver além do que se apresenta, do que é dado ao observador, mediante o movimento do abstrato ao concreto (SARMENTO 1994, p. 266).

O contato direto com os sujeitos em suas moradias e organizações comunitárias permite a vivência de experiências compartilhadas de conhecimento e novos aprendizados que podem desencadear análises diferenciadas e mudanças de concepções, bem como impulso à transformação do contexto e superação conjunta do problema.

Portanto, ao realizar as visitas domiciliares no processo de intervenção ao combate à violência sexual contra crianças e adolescentes, podem-se observar as condições de moradias das vítimas e seus familiares, bem como a forma que é dividida as tarefas e os espaços de convivência dentro de uma lógica de laços de parentesco.

1.2.2.5 Pesquisa Bibliográfica

Uma pesquisa bibliográfica baseia-se basicamente da coleta de material de diversos autores sobre um determinado assunto já pesquisado e publicado anteriormente.

É a busca de uma problematização de um projeto de pesquisa a partir de referências publicadas, analisando e discutindo as contribuições culturais e científicas.

Segundo Gil (2002, p.44), “[...] a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos.

Constitui uma excelente técnica para fornecer ao pesquisador a bagagem teórica de conhecimento e o treinamento científico que habilitam a produção de trabalhos originais e com rigor científico relevante à sociedade.

A pesquisa bibliográfica permite compreender que, se de um lado a resolução de um problema pode ser obtida através dela, por outro, tanto a pesquisa de laboratório quanto a de campo (documentação direta) exigem, como premissa, o levantamento do estudo da questão que se propõe a analisar e solucionar. A pesquisa bibliográfica pode, portanto, ser considerada também como o primeiro passo de toda pesquisa científica (LAKATOS 1992, p.44).

Uma das características principais da pesquisa bibliográfica é dar ao pesquisador uma bagagem teórica variada contribuindo para ampliar o conhecimento e fazer da pesquisa um material rico sobre o assunto, fundamentando em autores com confiabilidade inquestionável. A busca teórica rigorosa,

[...] faz com que o pesquisador além de ampliar seus conhecimentos, torne-se um leitor na busca e levantamento dos dados e informações. Todo e qualquer trabalho acadêmico requer um conhecimento sobre os livros, artigos, periódicos de modo impresso, eletrônico, etc., sendo imprescindível um processo metodológico, certo caminho a seguir, como forma de ser racional e econômica para aquele que realiza a pesquisa (SOUZA, 2001, p. 59).

Para a autora, a busca bibliográfica é realizada em diversos tipos de fontes que podem ser documentais, textuais, cartográficos ou audiovisuais, consiste em analisar o material recolhido para que se saiba se estas informações embasarão e responderão as questões a serem pesquisadas sobre o assunto desenvolvido. Esta busca, portanto, deve ser,

Disciplinada porque devemos ter uma prática sistemática – um critério claro de escolha dos textos e autores. [...] Crítica porque precisamos estabelecer um diálogo reflexivo entre as teorias e outros estudos com o objeto de investigação por nós escolhidos [...] Ampla porque deve dar conta do “estado” atual do conhecimento sobre o problema (MINAYO, 2012, p.56).

Diante do exposto, podemos perceber que o autor da pesquisa deve ter em mente seu planejamento e suas hipóteses e objetivos de investigação para que retire das leituras pontos chave que ampliarão a análise do objeto de estudo.

Na mesma direção da pesquisa bibliográfica temos a pesquisa documental que é um procedimento metodológico praticamente decisivo para algumas áreas, como humanas e sociais. Em muitas pesquisas, os documentos são a única fonte de informação, assim como este tipo de pesquisa também pode ser utilizado de forma associada ou complementar com outros procedimentos metodológicos.

Pesquisa documental é aquela realizada a partir de documentos, contemporâneos ou retrospectivos, considerados cientificamente autênticos (não fraudados); tem sido largamente utilizada nas ciências sociais, na investigação histórica, a fim de descrever/comparar fatos sociais, estabelecendo suas características ou tendências [...] (PÁDUA 1997, p.62).

De acordo com Gil (2002, p.62-3), a pesquisa documental apresenta algumas vantagens por ser “fonte rica e estável de dados”: não implica altos custos, não exige contato com os sujeitos da pesquisa e possibilita uma leitura aprofundada das fontes. Ela é semelhante à pesquisa bibliográfica, segundo o autor, e o que a diferencia é a natureza das fontes, sendo material que ainda não recebeu tratamento analítico, ou que ainda pode ser reelaborado de acordo com os objetivos da pesquisa.

A pesquisa documental é toda forma de registro e sistematização de dados, informações, colocando-os em condições de análise por parte do pesquisador. Pode ser tomada em três sentidos fundamentais: como técnicas de coleta, de organização e conservação de documentos; como ciência que elabora critérios para coleta, organização, sistematização, conservação, difusão dos documentos; no contexto da realização de uma pesquisa, é técnica de identificação, levantamento, exploração de documentos fonte do objeto pesquisado e registro das informações que serão utilizadas no desenvolvimento do trabalho (SEVERINO, 2007, p.124).

A pesquisa documental ocorre em documentos de registros diversos entre eles os documentos institucionais que tratam da temática em estudo. "Primeiramente há que se considerar que os documentos constituem fonte rica e estável de dados. Como os documentos substituem ao longo do tempo, tornam-se a mais importante fonte de dados em qualquer pesquisa de natureza histórica" (GIL, 1991, p. 52).

Pesquisa documental é o nome dado às fontes de informação bibliográfica que ainda não receberam organização, tratamento analítico e para publicação.

São fontes documentais tabelas estatísticas, relatórios de empresa, documentos informativos arquivados em repartições públicas, associações, igrejas, hospitais, sindicatos; fotografias; epitáfios; obras originais de qualquer natureza; correspondência pessoal ou comercial etc (SANTOS, 2006, p. 30).

A pesquisa documental se caracteriza pelo estudo de documentos que ainda não receberam um tratamento analítico em relação a um determinado objeto de estudo, mesmo que ele já tenha sido analisado outras vezes sob o olhar de outro objeto de estudo.

Através de dados impressos como jornais, revistas, arquivos históricos, livros, diários, dados estatísticos e biografias. “As Fontes escritas na maioria das vezes são muito ricas e ajudam o pesquisador a não perder tanto tempo na hora da busca de material em campo, sabendo que em algumas circunstâncias só se é possível a investigação social através de documentos” (GIL, 1999, p.158).

Para um estudo sobre a violência e o abuso sexual contra a criança e adolescentes se faz necessários apontamentos sobre elementos históricos da produção da violência e suas manifestações, no entanto a pesquisa documental é de grande importância para esse levantamento e para a análise dos dados.

1.3 MÉTODO DE ANÁLISE DIALÉTICO

O método de análise utilizado pelos envolvidos na pesquisa é o dialético pelo por este ser o que mais se aproxima da realidade de forma a permitir uma análise crítica do contexto social e familiar que envolve a temática do abuso sexual no município.

A dialética é geralmente vista como cobertura mais apropriada a metodologias alternativas [...]. Todavia, não é necessariamente marxista ou antimarxista, a começar pela constatação inevitável de que não existe um marxismo único dotado de m único materialismo dialético [...] (DEMO, 2014, p. 89).

Os fenômenos sociais são mutáveis e contraditórios por tal motivo necessitam de um tratamento em sua totalidade sem perder de vista as situações singulares que se manifestam. A dialética pelo seu caráter de questionamento em um movimento contínuo de análise síntese e antítese permite aos pesquisadores se lançarem sempre a novas descobertas sem perder de vista o que sistematizaram desde o início do

processo investigativo. A dialética permite uma reflexão dinâmica da realidade e lança o pesquisador a novas buscas de respostas ao problema.

A dialética é a grande ideia fundamental segundo o qual o mundo não deve ser considerado como complexo de coisas acabadas, mas como um complexo de processos em que as coisas, na aparência estáveis, do mesmo modo que seus reflexos intelectuais em nosso cérebro, as ideias, passam por uma mudança ininterrupta de devir e decadência, em que finalmente, apesar de todos os insucessos aparentes e retrocessos momentâneos, um desenvolvimento progressivo acaba por se fazer hoje (LAKATOS, et al, 2010, p.83).

Por seguinte ela é a lógica do movimento, da evolução, da mudança e, portanto, considera as coisas e os conceitos no seu encadeamento e nas suas relações mútuas, em ação recíproca que prevê que as interpretações feitas com relação ao mundo que estão inseridos os indivíduos devem ser vistas como possíveis de transformações.

O método dialético evidenciara não uma reformulação teórica dos erros, como o quer o racionalismo, mas significa a superação efetiva das contradições que se evidenciam na história do real, nas práticas sociais e que são reproduzidas pelo pensamento (HÜHNE, 1997, p. 183).

Nessa perspectiva, tanto pesquisadores quanto profissionais de Serviço Social ou de outras áreas, precisam pautar sua ação em um olhar ético sobre o objeto de estudo e perceber as contradições que se manifestam nos espaços institucionais e na sociedade para que possam melhor compreender a lógica pela qual se manifesta a violação dos direitos humanos e assim enfrentar o problema com segurança e desejo de transformação da realidade.

A dialética é a interpretação dos fenômenos naturais e sociais e sua principal substância é a contradição, é nela que se consegue chegar à essência, ela nos leva a realidade da história, também fornece as bases para uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade, já que estabelece que os fatos sociais não podem ser entendidos quando considerados isoladamente abstraídos de suas influências políticas, econômicas, culturais etc (GIL, 1999. p. 32).

Pela lógica dialética se percebe que há algo novo que pode surgir e mudar a realidade das pessoas vítimas de violência, vítimas de abuso, essa mudança e busca de transformação se dá porque existe a luta interna entre os objetos ou fenômenos, nada é finito mesmo que pareça ser finito ao longo do tempo se transforma, porque a dialética é a lógica do conflito e do movimento para a mudança.

Portanto, para a dialética, as coisas não são analisadas na qualidade de objetos fixos, mas em movimento: nenhuma coisa está "acabada", encontrando-se sempre em vias de se transformar, desenvolver; o fim de um processo é sempre o começo de outro (MARCONI & LAKATOS, 2003, p.100).

O método dialético permite observar e fazer um estudo mais aprofundado a respeito do tema em questão. Visto que não pega o objeto de estudo isolado das contradições sócio econômico e familiares em que a vítima se insere.

Dialeticamente qualquer objeto que o homem possa perceber ou criar é parte de todo no qual se pensa as partes contendo as contradições que estão por natureza inseparavelmente ligadas à totalidade. Nisto, a apreensão da realidade social a partir da análise crítica se dá por meio, da procura da compreensão e de interpretações dos dados à luz de uma teoria (KONDER, 2004 p. 36).

Na teoria dialética, o objeto e o sujeito vivem em constantes transformações, isto é, passam por avanços e retrocessos, porém em um movimento contínuo de luta para mudança.

O desafio da dialética está em equilibrar os fatores fundamentais da relação teórica e prática. De um lado, não pode perder de vista seu horizonte histórico, considerado geralmente sua alma, sua razão de ser [...]. De outro, não pode introduzir o voluntarismo, que já seria o abandono de qualquer possibilidade de tratamento científico (DEMO, 2014, p.120).

A partir de tal afirmação se intui que para o pesquisador esta combinação entre horizontes invariantes e variantes é um desafio diário para que se evite subordinações simplificadoras.

A prática profissional se constrói historicamente em um processo dialético inserido nas relações da sociedade. No serviço ela se apoia no trabalho interdisciplinar do Serviço Social, Advocacia, psicologia, pedagogia, com a garantia dos direitos amparados pelo marco legal do Estatuto da Criança e do Adolescente e o acesso constante a rede de serviço de proteção da criança (Conselho Tutelar, Vara da Infância, Ministério Público) e da rede comunitária.

2. CONCEPÇÕES SÓCIO-HISTÓRICA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO BRASIL

2.1 HISTÓRIA DA INFÂNCIA

A história social da infância no Brasil apresenta-se através de uma tradição de violência e exploração contra a criança e ao adolescente. “O Brasil, mesmo sendo descoberto em 1500, suas terras começaram a ser povoadas somente em 1530, as crianças também estiveram presentes, em especial os grumetes e pajens que chegaram com as embarcações portuguesas na condição de trabalhadores” (RAMOS, 1999, p. 19).

O que não se discute é que aqui já habitavam as populações nativas do Brasil dando a entender que aqui era uma terra desabitada o que não retrata a realidade.

Sendo assim, os grumetes eram tratados como meros objetos, não tendo direito a absolutamente nada, nem mesmo a uma alimentação saudável. “As crianças embarcadas como pajens da nobreza ficavam encarregadas de realizar os serviços menos árduos que os prestados pelos grumetes, tais como arrumar os camarotes, servir as mesas e organizar as camas” (RAMOS, 1999, p. 28). Percebe-se que havia nessa época uma utilização da mão de obra das crianças a qual era legitimada pela sociedade. Era algo extremamente comum que a criança fosse submetida ao trabalho por terceiros sem haver qualquer preocupação quanto ao seu desenvolvimento e proteção.

O recrutamento dos pequenos grumetes variava entre o rapto de crianças judias e a condição de pobreza vivenciada em Portugal. Eram os próprios pais que alistavam as crianças para servirem nas embarcações como forma de garantir a sobrevivência dos pequenos e aliviar as dificuldades enfrentadas pelas famílias (RAMOS, 1999, p. 17).

Outro marco importante para o fortalecimento do trabalho infantil foi a chegada dos padres jesuítas no Brasil. A Igreja com sua missão de catequizar também reforçou a submissão das crianças a diversas atividades não próprias da idade destas além de outras formas de exploração veladas por longos séculos.

Assim, no dia 29 de março de 1549, desembarcaram na Vila Pereira, quatro padres e dois irmãos da Companhia de Jesus, liderados pelo padre Manuel de Nóbrega, onde estes tinham a difícil “missão” de ensinar aos pequenos os cantos religiosos, ler e escrever, bem como o valor moralizador do ofício (CHAMBOULEYRON, 1999, p.55).

Por detrás das ações realizadas pelos padres estava o objetivo claro e certo de inserir a criança numa ideologia de caráter eminentemente cristão, utilizando o labor como algo que tornasse o homem uma pessoa boa, honesta e obediente. “Desse modo, os padres jesuítas trouxeram o trabalho como algo que salvaria o ser humano e os conduziria para o céu, pois teriam todos realizado algo útil e digno para a humanidade” (CUSTÓDIO, 2009, p. 91).

A visão de ser salvos por ações voltadas à Igreja e aos semelhantes conduziu muitas famílias a incentivarem os filhos a se dedicarem aos trabalhos comandados pela Igreja e levou também aos pequenos acreditarem na santidade de membros da Igreja não percebendo em muitos casos os malefícios causados à sua integridade e dignidade.

Com o surgimento das primeiras ações de caráter assistencial no Brasil, em 1582 é criada a Santa Casa de Misericórdia, onde estabelece a missão de atender todas as crianças, através da Roda dos Expostos, e é extinta tão somente na década de 1950 (MARCÍLIO, 1999, p. 51).

A instituição que recebia as crianças “Roda dos Expostos” explorava a mão de obra dos mesmos utilizando-as para o trabalho em troca de casa e comida. Com isso, a roda dos expostos nada mais era que uma forma de legitimar novamente o trabalho realizado por crianças, já que estas, na maioria das vezes, se encontravam na Santa Casa de Misericórdia na total miserabilidade.

No século XIX, a criança brasileira continuou marcada pelo estigma da escravidão, onde apesar de haver alguma atenção à criança burguesa, às demais era reservado o espaço de animais de estimação, ou ainda meros objetos” (MARCÍLIO 1999, p. 21).

Logo, a partir do momento que se passa a coisificar a criança, há a usurpação de sua fase de desenvolvimento e conseqüentemente de suas fantasias, desejos e direitos. Dessa maneira, “enquanto pequeninos, filhos de senhores e escravos compartilham os mesmos espaços privados: a sala e as camarinhas. A partir dos sete anos, os primeiros iam estudar e os segundos trabalhar” (PRIORE, 1999, p. 101).

Destarte, mesmo com a transição do trabalho escravocrata para o livre, no Brasil a ideologia do trabalho continuou sendo o elemento marcante para o “avanço” da sociedade.

Portanto, a transição da escravidão para o trabalho livre não viria significar a abolição da exploração das crianças brasileiras no trabalho, mas substituir um sistema por outro considerado mais legítimo e adequado aos princípios

norteadores da chamada modernidade industrial (PRIORE, 1999, p. 91).

Ainda no século XIX, com o início da primeira experiência de industrialização no Brasil, há um número significativo de crianças trabalhando nas Fábricas, o que acarretará uma infinidade de sequelas físicas irreversíveis e na morte prematura devido à falta de cuidados em relação aos meninos e meninas (MOURA, 1999, p. 259).

Desse modo, as condições de trabalho nas quais foram submetidas essas crianças eram realmente desumanas, pois além da jornada de trabalho desgastante, e dos diversos acidentes de trabalhos ocorridos, estas eram submetidas à realização das atividades em locais insalubres e perigosos (MOURA, 1999, p. 40).

As crianças eram representadas como adultos em miniatura, sendo vestidas e expostas aos mesmos costumes dos adultos. Elas não tinham um tratamento diferenciado, nem um mundo próprio, não existia neste período, o chamado sentimento de infância Áries (1981, p. 156) ressalta que "na sociedade medieval a criança a partir do momento em que passava a agir sem solicitude de sua mãe, ingressava na sociedade dos adultos e não se distinguia mais destes".

Eram comuns brincadeiras sexuais entre adultos e crianças, principalmente entre membros da própria família. "Essa prática familiar de associar as crianças às brincadeiras sexuais dos adultos fazia parte do costume da época e não chocava o senso comum" (ARIÈS, 1981, p. 106). Não havia lei ou algum comportamento social que impedisse essas práticas e a criança era considerada um brinquedo de prazer do adulto, "o imperador romano Tibério, segundo obra de Suetônio sobre a vida dos Césares, tinha inclinações sexuais que incluíam crianças como objeto de prazer" (ADED et al 2006, p. 206).

Áries (1981) aponta duas razões para que essa permissão sexual ocorresse entre adultos e crianças, uma é que se acreditava que a criança era alheia e indiferente à sexualidade e a outra é que não havendo o sentimento de infância e preservação dela, não se acreditava que ele poderia ser ferido. A ideia de que há inocência na criança só surgiu à medida que a infância começa a constituir-se enquanto categoria na Modernidade. O mundo medieval segundo Áries ignorava a infância.

O que faltava era qualquer sentimento de l'enfance, 'qualquer consciência da particularidade infantil', essa particularidade que distingue essencialmente a criança do adulto, mesmo jovem. [...] A civilização medieval não percebia um período transitório entre infância e a idade adulta. Seu ponto de partida, então, era uma sociedade que percebia as pessoas de menos idade como adultos em menor escala (ARIÈS, 1981 apud HEYWOOD, 2004, p. 23).

O discurso dignificante do trabalho nessa época tinha uma força sem tamanho,

já que se fazia necessário utilizarem da mão de obra infantil pelos mais variados motivos, tais como baixos salários, ausência de reivindicação de direitos, modo pelo qual as crianças ajudavam suas famílias, dentre outros. O término do sistema escravocrata e o início da República exigiam a construção de uma nova identidade para o Brasil, retirando as ações assistencialistas filantrópicas do âmbito particular e transferindo-as para o Estado.

As mobilizações em defesa dos direitos dos trabalhadores começavam a incorporar a defesa das crianças exploradas no trabalho e ao mesmo tempo em que o Estado passa a se preocupar com tal situação e começa a estabelecer discursos da importância da profissionalização.

No início do século XX, há forte presença dos positivistas no Brasil, onde há a substituição de um modelo caritativo de infância para um científico, baseado na leitura dos corpos e ainda na classificação dos normais, anormais e degenerados.

“A criança, então, passa a ser regulamentada através do Código Penal da República de 1890, onde este previa o crime da vadiagem como modo de inserir a pequena parcela das crianças que ainda não estavam trabalhando no interior das fábricas, contribuindo para o desemprego dos adultos” (MOURA, 1999, p. 96).

O que se destacava nesse período é que “havia a necessidade de reeducar e corrigir a criança nessa época, entretanto, ensina Rizzini (1997, p.65), que não por acaso, pobreza e degradação moral estavam sempre associadas”. Aos olhos da elite, os pobres, com sua aura de viciosidade não se encaixavam no ideal de nação.

Com o avançar dos períodos históricos “em 1927 é criado pelo juiz de menores do Rio de Janeiro José Cândido de Mello Mattos o primeiro Código de Menores da República, através do Decreto nº 17.934-A de 12 de outubro de 1927” (RIZZINI, 1997, p. 61).

Segundo Veronese (1998, p. 28), abandonou-se a postura anterior de reprimir e punir e passou-se a priorizar, como questão básica, o regenerar e educar. Desse modo, chegou-se à conclusão de que questões relativas à infância e a adolescência deveriam ser abordadas fora da perspectiva criminal, ou seja, fora do Código Penal.

Assim, na década de vinte (20) tem-se a ideia de que a educação era o “grande problema nacional” por sua capacidade de “regenerar” as populações brasileiras, erradicando-lhes a doença e incutindo-lhes hábitos de trabalho (CARVALHO, 1999, p.

282).

Nessa circunstância, os pais começaram a preocupar-se com a educação das crianças e proporcionar a elas seu mundo próprio. Áries (1981). Descreve que nesse período a criança começa a ser o centro da família devido a sua ligação com a figura dos anjos que são tidos como seres puros e divinos.

Esta concepção de indivíduo fez com que a criança se tornasse alvo do controle familiar, bem como, do meio ao qual estava inserida. Tal fato favoreceu o surgimento da instituição escolar. A criança começou a ser reconhecida como um indivíduo social, inserida dentro da coletividade, onde a família demonstrava preocupação e interesse por saúde e educação.

Nesse momento a sociedade passa percebê-la como indivíduo pertencente à sociedade, que tem “vez”, tem “voz”, tem sua forma de vivê-la, que influencia e por ela também é influenciada.

A partir disso, a autora abaixo afirma que se procurou garantir à infância um local melhor o qual fosse capaz de proporcionar felicidade e contato com a natureza, e deste modo era obrigação do adulto, reconhecer, primar e defender por esta. Segundo a autora a infância não é mais,

O rastro vergonhoso de nossa natureza corrupta e animal, mas sim, muito mais, o testemunho precioso de uma linguagem dos sentimentos autênticos e verdadeiros, ainda não corrompidos pela convivência mundana. Assim se elabora uma pedagogia do respeito à criança, da celebração de sua naturalidade, de sua autenticidade, de sua inocência em oposição ao mundo adulto pervertido [...] (GAGNEBIN 1997, p. 94).

Desta forma, a sociedade passou a criar instituições específicas para as crianças, dentre elas a escola. Estes estabelecimentos educacionais foram criados com o intuito de educar e disciplinar moralmente as crianças. De acordo com Costa (2009), a escola surge junto com a ideia de que a infância é um período da vida que precisa ser cuidada e moldada.

Nas concepções atuais, elas são consideradas como ser histórico-social, condicionadas por vários fatores, seja eles sociais, econômicos, culturais ou até mesmo político. Partindo desse pressuposto cria-se uma visão romanceada da infância, como um momento repleto de encanto e ludicidade, com várias outras propriedades inexistentes em determinados contextos sociais.

A palavra infância não diz respeito instantaneamente a uma faixa etária, mas sim aos anos iniciais de sua vida, que se caracteriza por incapacidade e pela carência de fala. Oriunda do latim *fari* – falar, dizer, e do complemento *fans*, a criança é *in-fans*, ou seja, aquele que não fala (GAGNEBIN, 1997, p. 86).

A história da criança e do adolescente é marcada pelo fato de permanência histórica de anonimato, em razão da sua dependência e fragilidade nos primeiros anos de vida, dando margem a vários tipos de violência relativos aos níveis de proteção. No próximo tópico será conceituado as características fundamentais da violência em relação à infância.

2.2 CONCEITO E ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA À INFÂNCIA

O conceito de violência é ambíguo, complexo, implica vários elementos e posições teóricas e variadas maneiras de solução ou eliminação. As formas de violência são tão numerosas, que é difícil elencá-las de modo satisfatório. Diversos profissionais, especialmente na mídia, manifestam-se sobre ela, oferecem alternativas de solução; todavia, a violência surge na sociedade sempre de modo novo e ninguém consegue evitá-la por completo.

A palavra violência deriva do Latim “*violentia*”, que significa “veemência, impetuosidade”. Mas na sua origem está relacionada com o termo “violação” (*violare*), ou seja, usar força ou vigor contra qualquer coisa ou ente. Dessa forma, violência é o uso da força que resulta ferimentos, tortura ou morte, ou o uso de palavras ou ações que machucam as pessoas ou, ainda, abuso do poder.

Segundo o dicionário Houaiss, (2001, p. 2866), violência é a “ação ou efeito de violentar, de empregar força física contra alguém ou algo) ou intimidação moral contra (alguém), ato violento, crueldade, força”. Neste sentido a violência é conceituada como,

Todo ato de transgressão contra alguém ou uma sociedade define como justo e como direito. Consequentemente, violência é um ato de brutalidade, sevícia e abuso físico e/ou psíquico contra alguém e caracteriza relações intersubjetivas e sociais definidas pela opressão e intimidação, pelo medo e o terror (CHAUI, 1999, p.3).

Vivemos uma época de crescente violência e esta não é um fato novo da história da humanidade. A conjuntura atual nos apresenta a necessidade de ser

levada em conta a problemática centrada na criança e no adolescente. Torna-se visível a triste realidade de violência e exploração sexual existente entre essas meninas e meninos em todo o mundo.

Um crime que não existe fronteiras, acontece tanto em espaço público como privado, “é possível identificar a violência em todas as classes, grupos ou segmentos sociais” Carvalho; Rodrigues (1998, p. 61). Essa violência é uma das formas mais perversas de violação dos direitos da infância podendo apresentar-se através do abuso sexual e da exploração sexual. Este fenômeno é complexo, pois infringe o direito universal assegurado na Constituição Federal (1988) em seu artigo 227, § 4,

A violência sexual caracteriza-se pela coação de crianças ou adolescentes, seja ela física ou psicológica, para a prática de ato libidinoso. Esta violência pode ocorrer no ambiente familiar ou fora dele. A exploração sexual, por sua vez, está relacionada ao lucro auferido por terceiros pelo uso do corpo de crianças e adolescentes, seja através da prostituição, pornografia, espetáculos eróticos ou pela venda e tráfico de crianças ou adolescentes. A exploração sexual, portanto, enseja sempre uma violência, seja ela de ordem física ou psíquica. (NEPOMUCENO, 1999, p.357).

Neste contexto, a violência sexual contra crianças e adolescentes podem ocorrer tanto no ambiente familiar quanto no meio social. O abuso sexual intrafamiliar se dá quando a violência ocorre dentro da família, ou seja, vítima e autor da violência sexual possuem alguma relação de parentesco.

Este fenômeno ocorre com mais frequência sendo praticada por parentes próximos, por pessoas com quem a vítima convive e mantém uma relação de confiança – como pai biológico, padrasto, avós, irmãos, primos. Já o abuso sexual extrafamiliar se dá quando não há vínculo de parentesco entre o autor da violência sexual e a criança ou adolescente (NEPOMUCENO, 1999).

Pesquisas feitas por Malta (2002) destacam que a violência ocorre de várias maneiras e as mais frequentes são: agressão sexual com ou sem violência física; toques, relações sexuais orais, anais ou genitais; exibição ou utilização da criança como modelo em imagens pornográficas e fotos eróticas; exposição e participação da criança em relações sexuais, conversas de conteúdo erótico.

O trauma do abuso sexual pode afetar o desenvolvimento de crianças e adolescentes de diferentes maneiras, uma vez que alguns apresentam efeitos mínimos ou nenhum efeito aparente, enquanto outros desenvolvem severos

problemas emocionais, sociais e psiquiátricos. O resultado do abuso sexual está relacionado a fatores internos à criança, como vulnerabilidade e risco social. Algumas consequências negativas são características em crianças que não dispõem de uma rede de apoio social e afetiva.

[...] o abuso sexual, sobretudo incestuoso, deixa feridas na alma, que sangram no início sem cessar, e, posteriormente, sempre que uma situação ou um fato lembre o abuso sofrido. A magnitude do trauma não guarda proporcionalidade com relação ao abuso sofrido. Feridas do corpo podem ser tratadas com êxito num grande número de casos. Feridas da alma podem igualmente ser tratadas. Todavia, as probabilidades de sucesso, em termos de cura, são muito reduzidas e, em grande parte dos casos, não se obtém êxito. (SAFFIOTTI, 2000 apud SANTOS; ARAÚJO, 2006, p 18-19).

Segundo os diversos autores e profissionais da saúde e do Serviço Social pode ocorrer, no abuso sexual, formas de violência de difícil diagnóstico, pois o abuso sexual é cercado de tabus, de vergonha, do medo e do silêncio das vítimas. Muitas vezes a própria mãe esconde os abusos por vários motivos – com medo, culpa e inclusive a situação financeira. Esse silêncio infelizmente perpetua o abuso, assim como também outros tipos de violência, impedindo que as vítimas sejam ajudadas. E em muitos destes casos, a dependência econômica até mesmo emocional das mães das vítimas dificultam que o agressor seja denunciado.

De acordo com Santos (1991, p.25) “o abuso sexual contra criança é uma forma presente de violência doméstica, geralmente mantida em silêncio, mascarando pela revolta, pela conspiração dos sentimentos de impotência, passividade e submissão”.

Ressalta-se que a relação de poder entre adulto e criança constitui-se em um dos aspectos que deve ser considerado na violência contra criança e adolescente: o poder que o adulto exerce sobre a criança, ou seja, o poder do mais forte contra o mais fraco faz com que crie a submissão e o silêncio quanto à violência sofrida.

A criança tem a família como elemento fundamental na construção de sua identidade e percebem os adultos que estão a sua volta como exemplo, uma base forte para sua proteção e carinho proporcionando segurança para descobrir o mundo, portanto é difícil dela entender quando está em situação de violência.

Assim, Malta (2002, p.36) afirma: “os pais exercem poder e fascínio sobre eles, quem necessitam sentir que são amados, que possuem uma relação de confiança e segurança, onde haja troca de carinho, diálogo e compreensão”. Caso tudo isto se

inverta – ao invés de carinho e segurança vivenciarem violência sexual – o desenvolvimento de sua personalidade e sua relação com o mundo ficará, sem dúvida, comprometido.

Quanto à exploração sexual é um tipo de violência que consiste na venda do corpo para propiciar prazer sexual a outras pessoas, o corpo dessas crianças e adolescentes é exposto às redes de exploração pelos pais ou familiares. Não é somente quando ocorre o ato sexual propriamente dito que caracteriza a exploração sexual, também inclui qualquer outra forma de atividade erótica que implique contato físico e sexual entre a vítima e o explorador.

A exploração sexual infantil no mundo moderno encontra-se presente em toda parte: existem sociedades pedofílicas, cujo objetivo estatutário é o gosto comum pelo uso de crianças para atividades sexuais. Tais indivíduos são estimulados a consumirem variados produtos pornográficos, onde a criança é o alvo principal. São relatadas situações de crianças submetidas a programas sexuais com adultos, ao vivo, bem como vídeos pornográficos, revistas fotografias, etc (SANTOS, 1991, p.27).

O combate à violação de direitos das crianças e adolescentes emerge como uma condição fundamental para que as crianças ganhem visibilidade e passem a ser protegidas de forma efetiva. Esse combate precisa ser firmado com uma parceria forte entre governo, família e sociedade em geral.

2.3 LEGISLAÇÃO BRASILEIRA ATUAL DE COMBATE AO ABUSO SEXUAL DE CRIANÇAS

Como citado nos textos anteriores, até meados do século XII, as crianças eram representadas como adultos em miniatura, sendo o tamanho que a distinguiu do adulto. Seus direitos de brincar, ser criança e gozar o lado bom da vida eram totalmente violados. Com o passar do tempo foi se moldando um novo olhar sobre essa geração e foi nesse contexto que a violência sexual surgiu enquanto violação dos direitos e crime.

Existe a ilusão entre os saudosistas da ditadura de 64 de que o período era livre da criminalidade. Se eles pudessem rasurar a história, talvez omitiriam o crime que inspirou a criação do Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.

O ano era 1973, época do “milagre econômico brasileiro” e auge da repressão contra opositores políticos, nesse período a legislação brasileira de combate ao abuso sexual contra crianças e adolescentes foi duramente provocada a partir de um crime violento, cometido por adultos contra uma criança, que ficou conhecido em todo o país e que até hoje é lembrado: o caso da menina Araceli Cabrera Crespo de Vitória, no estado do Espírito Santo. Aconteceu no ano de 1973, quando a menina de apenas oito anos de idade estava retornando da escola. Neste percurso, foi sequestrada e brutalmente assassinada por dois jovens filhos de tradicionais famílias de ricos empresários da cidade. Segundo a Comissão de Direitos Humanos de Passo Fundo: “[...] antes de ser assassinada a menina foi drogada, espancada e estuprada. Seu corpo permaneceu dias escondido em um freezer, desfigurado por um ácido corrosivo, até ser abandonado em um terreno e localizado, ironicamente, por uma criança que brincava no centro da cidade” (CDHF, 2017, p. 1).

Figura 1 Menina Araceli



Fonte: (Internet)¹

Seis dias após ter desaparecido, localizaram seu corpo já em avançado estado de decomposição, foi sepultada três anos depois. Na época, o caso da menina repercutiu na mídia indignando a sociedade brasileira, porém até hoje continua sem

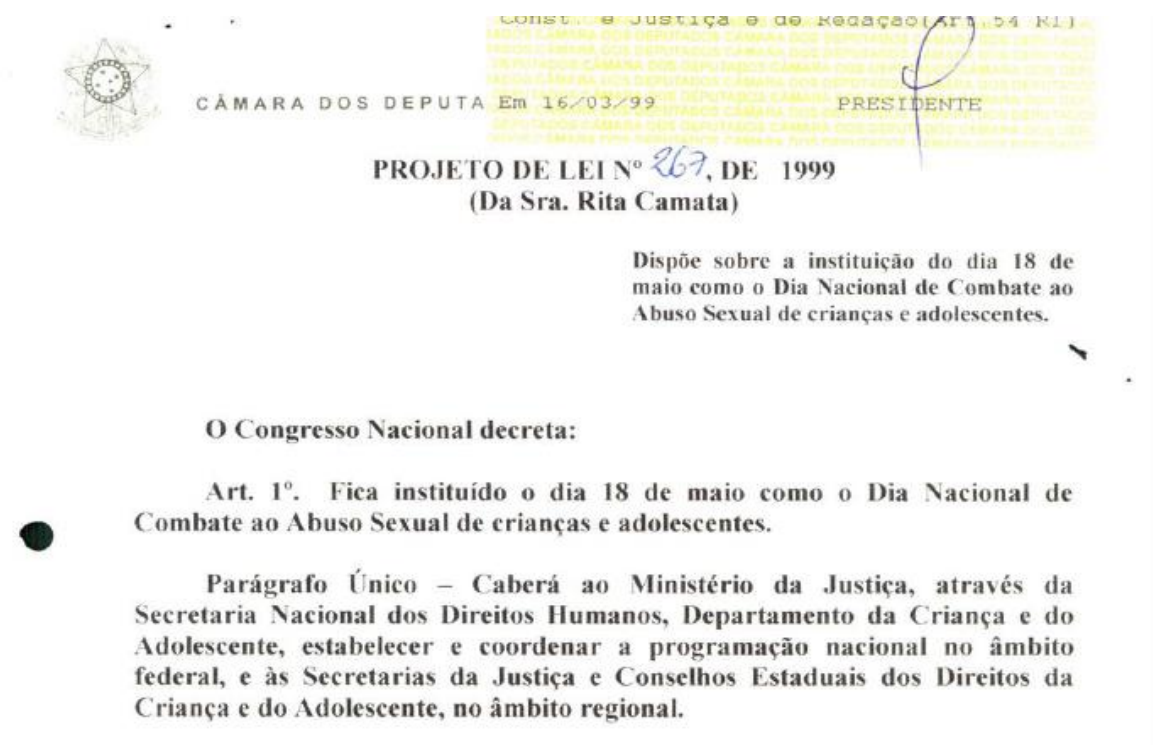
¹ Disponível em: <http://www.resumo.blog.br/2018/05/o-caso-araceli.html>. Acesso em: 24 de Julho de 2018.

solução. Por causa do silêncio da sociedade diante do fato os rapazes nunca foram punidos pelo crime.

Os assassinos jamais pagaram por seu crime brutal. Uma série de assassinatos, ocultação de provas, intimidação de testemunhas, além da convivência de pessoas influentes da sociedade capixaba, incluindo policiais, membros do judiciário e políticos ligados ao Governo Militar, fizeram prevalecer à impunidade (CDHF, 2017).

A possível repercussão deste crime também influenciou a discussão e sistematização da Constituição Federal, pois no art. 227, parágrafo 4º estabeleceu que, “a lei punirá severamente o abuso, a violência e a exploração sexual da criança e do adolescente” (BRASIL, 1988, p. 130).

Figura 2 – PL 267/1999



Fonte: Câmara dos Deputados².

Doze anos depois, foi instituído o dia 18 de maio através da Lei 9.970 de 17 de maio de 2000 como dia de combate à violência e exploração de crianças e adolescentes. Neste dia são feitas mobilizações em todo o território nacional para

²Disponível

em:

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=BC02ACDC7AF14DA9B3BE5A54E7C1DA2F.proposicoesWeb2?codteor=1127781&filename=Dossie+-PL+267/1999 Acesso: 20/10/2018.

lembrar “O caso Araceli” e conscientizar a sociedade sobre os crimes de violências sexuais contra crianças e adolescentes em todo o país. A mobilização da sociedade organizada surge a partir do Projeto de Lei nº 267 de 1999 da deputada federal Rita Camata,

No dia 19 de dezembro de 1998, representantes de 55 instituições públicas e sociais de promoção, defesa e garantia de direitos das crianças e adolescentes, estabelecidos em todo o território brasileiro, segundo os princípios da Convenção Internacional dos Direitos da Criança, Constituição Federal e Estatuto da Criança e do Adolescente, reunidos em Salvador, Bahia, decidiram pela necessidade da instituição de um Dia oficial de Combate ao Abuso Sexual de crianças e adolescentes, a ser comemorado todos os anos, no dia 18 de maio. Foi escolhida a data de 18 de maio para lembrar o dia em que desapareceu a menina Araceli Cabrera Sanches com oito anos e meio na cidade de Vitória, Espírito Santo, em 1973 (CAMATA, 1999, p. 3).

Neste sentido a campanha ganhou o slogan de chamada “Faça Bonito - Proteja nossas crianças e adolescentes” tendo como símbolo o desenho de uma flor lançada a partir de 2010. As informações na página esclarecem que a flor representa os desenhos da primeira infância e associa a fragilidade da flor com a de uma criança.

Figura 3 - Campanha 18 de maio



Fonte: (Internet)³

Neste contexto, no Brasil as primeiras legislações surgiram no século XX como forma de promover e defender os direitos da infância e da juventude.

Com o fim da ditadura Vargas e devido à organização dos vários movimentos sociais, mais uma Constituição é elaborada no Brasil, entrando em vigor em 1988,

³ Disponível

<https://www.google.com.br/search?q=imagens+fa%C3%A7a+bonito&tbm=isch&source=iu&ictx>
Acesso em: 03 de Maio de 2018.

em:

ce=iu&ictx.

onde incorporará uma série de garantias destinadas a crianças e adolescentes.

A promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil, em 5 de outubro de 1988, incorporou a concepção dos novos direitos de crianças e adolescentes, trazendo entre seus princípios a democracia participativa e a formulação de políticas públicas como ferramentas para a garantia de direitos humanos.

Desse modo, a Constituição Federal trouxe em seu artigo 6º os direitos sociais, tais como o direito à educação, à saúde, ao trabalho, à segurança, à previdência social, à proteção a maternidade e à infância, bem como à assistência aos desamparados. Nesse sentido, o artigo 227 dispõe:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 2008).

A partir da Carta Magna de 1988 art. 227 as crianças e os adolescentes começam a ser vistos como cidadãos de direitos deixando de ser historicamente e culturalmente sujeitos anônimos. Esse novo cidadão ganhou mais reconhecimento a partir da criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) através da Lei 8.069 de 1990 que ordena um conjunto de leis que visa a proteção da infância, adolescência e da juventude. Em seu artigo 4º institui e regulamenta normas que asseguram seus direitos e os responsáveis por garanti-los.

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referente à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária (BRASIL, 1990, p. 25).

Na década de 90 é aprovado o Estatuto da Criança e do Adolescente, através da Lei nº 8069 de 13 de julho de 1990, trazendo um conjunto de normas disciplinadoras dos direitos fundamentais de meninos e meninas, destinando-se a implantação do sistema de garantias.

A aprovação do ECA representou um avanço significativo pois trata-se de uma legislação própria para este segmento. Entretanto ainda é um documento desconhecido, mal interpretado pela sociedade e que precisa ser melhor assegurado. Nesta direção, entendemos que a Carta Régia (1988) tenha estabelecido a

necessidade de combate ao abuso sexual e que existe um dia de mobilização sobre o assunto. Essas são medidas públicas desproporcionais diante de tanta brutalidade silenciada e sofrida com as crianças e adolescentes no Brasil, sobretudo aquelas das camadas populares.

Nesse sentido, em relação ao trabalho, a Lei Maior de 1988 estabeleceu a proibição do trabalho noturno, perigoso e insalubre antes dos dezoito anos e também estabeleceu o limite de idade mínima para o trabalho em dezesesseis anos, ressaltando a possibilidade de aprendizagem a partir dos doze anos.

No Estatuto da Criança e do Adolescente, há ainda a proibição do trabalho penoso, daquele realizado em locais prejudiciais à formação e ao desenvolvimento físico, psíquico, moral e social do adolescente em horários e locais que não permitam a frequência à escola aos adolescentes menores de dezoito anos (art. 67, I, III, IV) (BRASIL, 1990).

Dessa maneira, a partir de 1988, surge a responsabilidade da família, sociedade e Estado em lutar pelos direitos das crianças e adolescentes, considerando-os sujeitos de direitos em fase de desenvolvimento. Assim, o Estado assume a responsabilidade em assegurar e efetivar os direitos fundamentais, não devendo mais atuar como antes, com repressão e força, mas com políticas públicas de atendimento, promoção, proteção e justiça.

Posteriormente em 2001, surge no Brasil o serviço que destinava-se atender crianças e adolescentes vítimas de violência, abusos e exploração sexual, O Programa Sentinela,

Um programa Federal criado para atender a determinação da Constituição Federal de 1988, da Lei Orgânica de Assistência Social, do Estatuto da criança e do adolescente, faz parte do plano Nacional de Enfrentamento a violência Sexual contra Crianças e Adolescentes (TONON, AGLIO, 2009, p. 8).

O Programa Sentinela era co-financiado pelo Governo Federal através do Ministério de Desenvolvimento Social. Após três anos da implantação do Programa Sentinela, em meados do ano de 2008, o Projeto Técnico do Programa Sentinela foi executado pelo Centro de Referência de Assistência Social, tratava-se do processo de transição da nomenclatura. O mesmo veio a ser modificado em ocasião das novas orientações designadas pelo ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Conforme tais determinações, o Programa Sentinela passou a se chamar de Serviço de enfrentamento à violência, abuso e exploração sexual contra crianças e adolescentes.

Desta forma, para além da modificação no nome do programa, em obediência as demais legislações, o antigo Programa Sentinela, agora com novo nome, já mencionado, passou a ser oferecido no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), constituindo um dos serviços oferecidos neste espaço, juntamente com outros serviços tais como: Serviço de Enfrentamento à Violência, abuso e Exploração Sexual contra crianças e adolescentes; serviço de acompanhamento a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de prestação de serviço à comunidade e liberdade assistida; Serviço de acompanhamentos a idosos, vítimas de violência; Serviços de Orientação e apoio especializado a crianças, adolescentes e famílias.

Uma rede de apoio social é um conjunto de sistemas e pessoas que a criança entende como relacionamentos de apoio e tem início com o acolhimento da denúncia do abuso sexual. Esse é um momento importantíssimo, pois uma rede formada por profissionais despreparados pode oferecer risco de revitimização. Habigzang et al. (2006, p. 381) afirmam que “as ações profissionais e legais devem se complementar na busca de um atendimento eficaz”.

Para Amaral (2004) a formação de uma rede impele grandes desafios profissionais e pessoais. Esforços significativos têm sido empregados para romper com a cultura tradicional baseada em relações verticais, especialmente de poder. O pressuposto de rede implica em relações horizontais, onde todos se responsabilizam. A autora assegura que nas relações de rede tem poder aquele que tem iniciativa e, assim, sua tutela muda constantemente. Essa premissa pode causar certo desconforto àqueles que estão acostumados a obedecer passivamente ou a mandar autoritariamente, a partir de funções fixas, determinadas hierarquicamente. Esse desconforto pode ser um dos pontos que torna o trabalho em rede uma tarefa tão árdua.

Nesse aspecto Habigzang et al. (2006) enfatizam que outra dificuldade em rede se centra na comunicação, e alertam para a necessidade emergente de aprimorar os

serviços especializados e capacitar os profissionais para que os mesmos obtenham uma compreensão dos casos de forma a ter uma condução e uma intervenção adequadas.

Uma rede só funciona se todos os profissionais se sentirem envolvidos por ela e, geralmente, esse envolvimento se dá por uma via transferencial e por vínculos afetivos que se constituíram ao longo de uma história comum. Daí a importância de cursos de capacitação/sensibilização de profissionais com abordagens nas áreas de Educação, Justiça e Saúde, visando informá-los sobre o fenômeno da violência (TAVARES, 2004)

A proteção social especial é voltada para indivíduos ou famílias que tiveram seus direitos violados ou ameaçados por circunstâncias diversas, por exemplo, o abuso sexual, exigindo atuação interdisciplinar e especializada, inclusive em contato com outros órgãos de proteção de direitos da Rede de Proteção Social e no Sistema de Garantia de Direitos, como o Ministério Público e Conselhos Tutelares (CFP, 2009).

De acordo com a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), as políticas públicas de assistência social devem ser integradas de tal forma que atendam às peculiaridades e às diversidades socioeconômicas em consonância com as demais políticas setoriais. Um de seus pressupostos diz respeito à inclusão de pessoas de grupos específicos, a promoção da proteção social básica e a preocupação com o fortalecimento da família, independentemente da forma como se apresente (CFP, 2009).

Da Política Nacional de Assistência Social, em 2004, adveio o Sistema Único da Assistência Social (SUAS), um "(...) sistema público não-contributivo, descentralizado e participativo que tem por função a gestão do conteúdo específico da Assistência Social no campo da proteção social brasileira" Nob (2005, p.15 citado por CFP, 2009). Esse sistema organiza questões da assistência social de acordo com seu grau de complexidade, hierarquizadas entre proteção básica e proteção social especial de média e de alta complexidade.

A Lei 8.069, Brasil (2003), nos artigos 132 e 88, respectivamente, regulamentou a criação dos conselhos tutelares e dos conselhos municipais, estaduais e nacionais

de direitos no Brasil. Cabe aos conselhos (tutelares e de direitos) o papel de controlar, decidir e coordenar. Isso implica em dizer que os conselhos devem intervir caso haja o não cumprimento das funções a cargo do Estado, formular políticas de proteção integral a infância, tomar decisões sobre a adequação de programas já implantados e articular os órgãos públicos e iniciativas privadas para a concretização da política de proteção e desenvolvimento das crianças e adolescentes (GABEL, 1997).

Se houver provas suficientes em caso de violência física ou sexual, uma denúncia ao Ministério Público pode culminar com o afastamento do agressor da moradia da criança e/ou adolescente (previsto no artigo 130 do ECA, de 1990) quando esta é comum. Um dos problemas com o qual se depara no que tange à violência contra crianças e adolescentes, em especial de cunho sexual, é a não comunicação do fato. As limitações do acolhimento e dos encaminhamentos evidenciam a necessidade de formar melhor os jovens médicos, assistentes sociais, advogados, psicólogos e profissionais da educação que, em geral, estão desarticulados

É preciso repensar os currículos e o processo de responsabilização social que cada profissão deve imprimir ao sujeito. Outro fator que gera dificuldades na resolução de casos de violência infanto-juvenil é a falta de integração entre as instituições envolvidas no processo. Para Nathanson (1997), cada uma das partes pode ter a impressão de que o outro quer manter o controle da situação. Um exemplo disso é a relação entre o hospital e a polícia. Esta última pode ficar bastante insatisfeita ao considerar que o hospital dificulta seu trabalho por interrogar a vítima antes da própria polícia e retardando a comunicação dos fatos, o que eventualmente complica a ação persecutória contra o agressor.

Casos de abuso ou suspeitas requerem reconhecimento e perícia de uma variedade de profissionais da saúde, da educação e de autoridades legais. O trabalho interdisciplinar forma uma rede de pessoas, o que pode atenuar problemas comuns que interferem no atendimento apropriado às crianças e aos adolescentes vitimizados, bem como às respectivas famílias (SCHERER & SCHERER, 2005; NEVES, 2008).

A criança deve ser reconfortada e ser conscientizada de que ela é sujeito e não objeto da ação sofrida, ou seja, apesar do processo de vitimização sofrido, existem recursos internos que podem ser explorados. Além disso, importa esclarecer que o

adulto agressor manipulou e agiu contra a criança, fez uma contravenção à lei, e que todos os profissionais estão presentes e dispostos a ajudá-la a encontrar a melhor alternativa (VIAUX, 1997).

Frequentemente, casos de abuso sexual envolvendo crianças e adolescentes tem sido noticiado nos meios de comunicação evidenciando que essa prática ainda não foi combatida, as crianças e os adolescentes são as principais vítimas. Diante disso, iremos apresentar o conceito e as características do abuso sexual contra crianças e adolescentes.

No próximo tópico abordaremos um aprofundamento maior sobre o Serviço de Enfrentamento a Violência, abuso e Exploração Sexual contra crianças e adolescentes oferecido pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS).

3. RELATO DA PRÁTICA DE ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL NO CREAS/PAEFI

3.1 CONTEXTO HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO

Para que se possa compreender a prática atual do CREAS, torna-se importante a análise dos aspectos históricos de sua constituição, visto que, em período anterior ao seu estabelecimento, já existia outro órgão denominado Programa Sentinela o qual executava ações que o CREAS normativamente teria de desenvolver.

O Programa Sentinela iniciou em 2005, não havia nomes dos lugares contemplados nesta data pelo programa SENTINELA, sabe-se que no Brasil teve início do referido programa em 2001. Este serviço destinava-se atender crianças e adolescentes vítimas de violência, abusos e exploração sexual (MDS, 2012).

O Programa Sentinela era co-financiado pelo Governo Federal através do Ministério de Desenvolvimento Social. Após três anos da implantação do Programa Sentinela, em meados do ano de 2008, o Projeto Técnico do Programa Sentinela foi executado pelo Centro de Referência de Assistência Social, tratava-se do processo de transição da nomenclatura. O Programa Sentinela veio a ser modificado em ocasião das novas orientações designadas pelo ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS, 2012).

Conforme tais determinações, o Programa Sentinela passou a se chamar de Serviço de enfrentamento a violência, abuso e exploração sexual contra crianças e adolescentes. Desta forma, para além da modificação no nome do programa, em obediência as demais legislações. O antigo Programa Sentinela, agora com novo nome, já mencionado, passou a ser oferecido no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), constituindo um dos serviços oferecidos neste espaço, juntamente com outros serviços tais como: Serviço de Enfrentamento a Violência, abuso e Exploração Sexual contra crianças e adolescentes; serviço de acompanhamento a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de prestação de serviço à comunidade e liberdade assistida; Serviço de

acompanhamentos a idosos, vítimas de violência; Serviços de Orientação e apoio especializado a crianças, adolescentes e famílias (MDS,2012).

O CREAS atuou de – 2005 até 2009 (até a aprovação da Tipificação Nacional dos Serviços Sócio assistenciais). Neste momento inicial de implantação do SUAS, priorizou-se ofertar o Serviço de Enfrentamento, ampliando o atendimento, conforme a capacidade de atendimento da Unidade e demandas no território, para a atenção a outros segmentos vítimas de violência, como mulheres e idosos (MDS,2012).

Dessa forma foi criado em âmbito geral atendendo a orientações do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, visando oferecer o serviço de média complexidade de proteção especial já previsto no PNAS e desde então, passou a se adequar a sua prática institucional conforme os preceitos constantes na Política Nacional de Assistência Social e no respectivo Sistema Único de Assistência Social-SUAS (MDS, 2012).

O Centro de Referência Especializado de Assistência Social é uma unidade pública e estatal, de abrangência municipal ou regional, referência para a oferta de trabalho social a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social por violação de direitos (BRASILIA, 2011, p. 8).

O principal objetivo é o resgate da família, potencializando sua capacidade de proteção aos seus membros. Fortalecer a autoestima dos indivíduos usuários e seus familiares para que haja fortalecimento entre os membros da família dos usuários e reinserção dos mesmos na sociedade. No entanto, sabe-se que a equipe não está completa, segundo a NOB SUAS RH, municípios em Gestão Plena, têm como equipe de referência, além dos profissionais citados, um advogado, quatro profissionais de nível superior ou médio para abordagem dos usuários e dois auxiliares administrativos (MDS, 2012). O serviço também oferece a Proteção e Atendimento Especializado a Família e Indivíduos (PAEFI), que é um serviço de apoio, orientação e acompanhamento a famílias com um ou mais de seus membros em situação de ameaça ou violação de direitos.

A equipe do CREAS/PAEFI acompanha as famílias, buscando auxiliá-las no rompimento do ciclo de violação dos direitos em seu interior, prevenindo reincidências,

fortalecendo seu papel de proteção e restabelecendo a autonomia de seus membros. Todas as intervenções realizadas pela equipe com os usuários do CREAS são personalizadas respeitando crenças, cultura e realidade de cada pessoa ou família no sentido de auxiliar esta pessoa ou família da melhor forma (MDS, 2012).

As principais ações são: Acolhida a escuta qualificada individual, voltada para a identificação de necessidades de indivíduos e famílias; Produção de materiais educativos com suporte aos serviços; Realização de cursos de capacitação para equipes multiprofissionais; Realização de visitas domiciliares; Atendimento Psicossocial individual e em grupos de usuários e suas famílias, inclusive com orientação jurídico-social em casos de ameaça ou violação de direitos individuais e coletivos, abuso e exploração, mediante abordagem de agentes institucionais em vias pública e locais identificados pela existência de situações de risco; Realização de palestras, divulgação e prevenção com objetivo de combater a violência e exploração sexual contra adolescentes (MDS, 2012).

O serviço é uma unidade pública e estatal, de abrangência municipal ou regional, referência para a oferta de trabalho social a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social por violação de direitos (BRASÍLIA, 2011, P. 8).

Sua gestão e funcionamento compreendem um conjunto de aspectos, tais como: infraestrutura e recursos humanos compatíveis com os serviços ofertados, trabalho em rede, articulação com as demais unidades e serviços da rede sócio assistencial, das demais políticas públicas e órgãos de defesa de direitos, além da organização de registros de informação e o desenvolvimento de processos de monitoramento e avaliação das ações realizadas.

No município de Ji-Paraná-RO o CREAS/PAEFI está localizado na Rua Miguel Galdino, 85, bairro Jardim dos Migrantes, onde funciona o Serviço de Enfrentamento ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, sendo este um serviço de proteção social especial de média complexidade, que conforme a Tipificação Nacional de Serviços Sócio assistenciais se dá através do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado à Família e Indivíduos (PAEFI), o horário de atendimento é das 07:30 às 17:30 horas.

Para desenvolver as ações a instituição conta com uma equipe multiprofissional composta por uma (1) coordenadora, uma (1) pedagoga, uma (1) psicóloga, duas (2) Assistentes Sociais, uma (1) advogada, uma (1) recepcionista, um (1) vigilante e uma (1) zeladora. Os profissionais buscam trabalhar em equipe compartilhando suas atividades individuais com os demais profissionais, buscam compreensão ampla de cada caso para o encaminhamento adequado, tudo pautado no Código de Ética de cada profissão.

3.2 A PRÁTICA DO ASSISTENTE SOCIAL NO ENFRENTAMENTO O ABUSO SEXUAL

Na contemporaneidade, os reflexos da contradição de classes que estão condicionados na sociedade capitalista incidem diretamente sobre a prática do assistente social e o seu fazer frente às expressões da questão social, visto que neste contexto, ocorrem as relações entre o profissional e os usuários. Observa-se, portanto, que o Serviço Social atua nas diversas expressões da questão social.

A questão social é o substrato que dá fundamento ao serviço social, enquanto especialização do trabalho humano, [...] assume duplo sentido: um amplo, abrange o conjunto das contradições e conflitos que, ainda que tenham se originado na constituição e natureza da sociedade, incidem sobre ela, questionando-a e, por vezes, freando o seu processo de mudança. No sentido estrito, corresponde as manifestações concretas e peculiares daquelas mesmas contradições e conflitos envolvendo pessoas, grupos, populações, organizações etc. em nível local, requerendo reconhecimento e enfrentamento pelos sujeitos sociais (ARCOVERDE, 1999, p. 75).

O assistente social recebe formação profissional sólida para promover a validação de direitos buscando solucionar ou amenizar as desigualdades sociais causadas por fatores políticos, sociais, econômicos e culturais dentro de uma totalidade. De acordo com a Lei nº. 8. 622/93 que dispõe sobre a profissão, compete ao assistente social,

Realizar estudos sócio econômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, [...] realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social (BRASILIA, 1993).

O profissional tem um amplo campo de atuação e conta com inúmeras atribuições, sendo que este pode exercer seu papel profissional em órgãos públicos ou privados. O assistente social é requisitado para analisar determinados problemas, que por vezes, representa o reflexo da contradição que existe nas mais variadas formas de demonstração do capitalismo e dar o seu parecer buscando solucionar ou amenizar esses problemas.

O profissional de Serviço Social dispõe de um Código de Ética Profissional que o auxilia na garantia do sigilo e na execução de suas atividades em espaço e com estrutura adequada. O assistente social,

É um profissional especializado, que vende a sua capacidade de trabalho para algumas entidades empregadoras, predominantemente de caráter patronal, empresarial ou estatal, que demandam essa força de trabalho qualificada e a contratam. Esse processo de compra e venda de força de trabalho especializada em troca de um salário faz com que o Serviço Social ingresse no universo da mercantilização, no universo do valor (IAMAMOTO, 2003, p. 23).

Diante da realidade e das demandas o profissional cumpre ações de acordo com o Código de Ética profissional, realiza com competência e responsabilidade sua prática profissional em seu cotidiano sempre com respeito usuário dos seus serviços.

Art.5º, b) garantir a plena informação e discurso sobre as possibilidades e consequências das situações apresentadas, respeitando democraticamente as decisões dos usuários, mesmo que sejam contrárias aos valores e às crenças individuais dos profissionais, resguardados os princípios deste Código (BONETTI, 2007. p. 221).

De acordo com o Código de Ética (1993) o assistente social tem o compromisso de respeitar o usuário dos serviços assistenciais sempre considerando sua cultura, valores, religiosidade, entre outros princípios inerentes ao ser humano. Tem como compromisso auxiliar na defesa dos direitos dos usuários, vivenciando novos conceitos, tomando novas iniciativas e desvinculando do passado, e adotando nova estratégia metodológica da atualidade como forma de assistência à sociedade.

Para dar concretude às ações desenvolvidas o profissional utiliza conhecimentos, informações, habilidades e instrumentos técnicos, sendo este último, fundamental importância para a realização /efetivação da ação interventiva. No entanto são muitas as discussões relacionadas ao como “fazer” da profissão.

Para além das definições operacionais (o que faz, como faz), necessitamos compreender “para que” (para quem, onde e quando fazer) e analisar quais as consequências que o nível “imediato” as nossas ações profissionais produzem GUERRA (2007, p. 30).

Entre os objetivos e metas do profissional do Serviço Social, encontra-se a acessibilidade aos meios para atendimento, diante das necessidades locais e informações corretas aos diversos beneficiários, fazendo jus ao cidadão, prioridade para a saúde, vida, educação e lazer, conforme a Constituição cidadã.

O assistente social é um mediador, também um proponente diante da realidade, divulga informações e interage em instituições apresentando projetos e propostas que visem atender à comunidade diante das suas necessidades e prioridades.

Uma das ações de intervenção é a visita domiciliar, outras são, atendimento, entrevista, nas visitas a outras instituições, fazer pesquisas, aplicar questionário; desempenhar ação de orientação, proteção e acompanhamento sócio assistencial individualizado e sistemático às mulheres e sua família em situações de risco ou violação de direitos. O profissional de Serviço Social contribui para a promoção, defesa e garantias de direito de cada cidadão vítima da violação de direitos.

3.3 RELATO DA INTERVENÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL PELO ESTÁGIO

O Estágio em Serviço Social é de suma importância para a formação do acadêmico, pois ele permite ao estagiário fazer uma interação entre a teoria apreendida durante todo o processo de graduação e a realidade da prática cotidiana do profissional.

O estágio é concebido como processo de qualificação e treinamento teórico metodológico, técnico – operativo e ético político do aluno, inserido no campo profissional, em que realiza sua experiência de aprendizagem sob a supervisão direta de um assistente social, que assume a função de supervisor de campo. O acompanhamento acadêmico do estágio é uma atividade realizada por um (a) professor (a) de Serviço Social (...) que assume o papel de supervisor acadêmico (IAMAMOTO, 1998, p. 290).

As interligações entre profissionais/acadêmicos advêm de processos de trabalhos condizentes com a profissão, marcados por aspectos subjetivos concretos

que estão relacionados devido à problematização das questões impostas aos meandros da questão social.

[...] O estágio, por ser o lócus propício para o treinamento prático profissional, é também o espaço apropriado para ao aluno traçar a sua matriz de identidade profissional, por se aí que ele desenvolve a sua aprendizagem, a sua responsabilidade, o seu compromisso e demais atitudes e habilidades profissionais. Neste sentido, as experiências dos alunos no estágio devem ser selecionadas, planejadas e afetas a sua formação profissional, pois não são experiências quaisquer (BURIOLLA, 1995, p. 24)

Para uma formação profissional de qualidade se faz necessário o estagiário se esforçar ao máximo para obter uma experiência da prática concreta e se embasar em métodos significativos para que possam ser operacionalizadas suas ações com domínio das dimensões técnico-operativas, teórico-metodológico e ético político. O acadêmico/estagiário conta com o suporte das orientações e supervisões, tanto de campo como academia.

Durante o estágio no Centro de Referência de Assistência Social a princípio foi possível acompanhar e observar o trabalho da assistente social no enfrentamento à violência e abuso sexual de crianças e adolescentes.

A atuação profissional junto a essa problemática requer atendimento especializado, de forma que as vítimas possam se sentir protegidas para que não ocorra a revitimização destas. Seguindo a linha de intervenção acadêmica foi realizado o acompanhamento da profissional assistente social nas visitas domiciliares, que é uma das primeiras técnicas a ser realizada para proporcionar a elaboração de ações no enfrentamento da problemática que são envolvidas as crianças e adolescentes vítimas da violência e abuso sexual e que segundo Lüdke & André (1994, p. 34), “permite correções, esclarecimentos e adaptações que a torna sobremaneira eficaz na obtenção das informações desejadas”.

O trabalho e a interação da equipe multidisciplinar do CREAS/PAEFI é fundamental para o enfrentamento da violência. A soma de competências profissionais qualificados para intervir no processo de orientação e conscientização social para com as vítimas, estabelece uma relação de caráter educativo e levando a uma caracterização de potencializar e prestar auxílio de apoio, estímulo e integração capaz de aumentar a capacidade de enfrentamento quanto a situação de violência.

Neste sentido a intervenção acadêmica se desenvolveu no intuito de promover orientação com as vítimas e familiares a respeito dos seus direitos sociais e a importância do serviço que o CREAS/PAEFI oferece. Ocorre a conscientização e sensibilização da população referente o enfrentamento à violência e abuso sexual contra crianças e adolescentes, um assunto tão polêmico e que precisa ser combatido.

Durante a prática do estágio, houve a participação juntamente com supervisora de campo e a equipe multidisciplinar do CREAS/PAEFI nas campanhas de prevenções com o Projeto “Faça Bonito” que acontece de modo nacional em todo o país, projeto pela qual teve seu ponto de partida através do caso que ocorreu no dia 18 de maio de 1973, onde uma menina de 8 anos foi sequestrada, violentada e cruelmente assassinada no Espírito Santo. Seu corpo apareceu seis dias depois carbonizado e os seus agressores, jovens de classe média alta, nunca foram punidos. A data ficou instituída como o “Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes” a partir da aprovação da Lei Federal nº. 9.970/2000. O “Caso Araceli”, como ficou conhecido, ocorreu há quase 40 anos, mas, infelizmente, situações absurdas como essa ainda se repetem.

A intenção do 18 de maio é destacar a data para mobilizar e convocar toda a sociedade a participar dessa luta e proteger nossas crianças e adolescentes. A data reafirma a importância de se denunciar e responsabilizar os autores de violência sexual contra a população infanto-juvenil.

O CREAS/PAEFI no dia 18 de maio de 2018 desenvolveu um pit stop em uma avenida bem movimentada de Ji-Paraná/RO e contou com a mobilização de estudantes do Instituto Federal de Rondônia, Escola Antônio Bianco, alunos do Projeto Sonho Meu da Fundação Ji-Cred, Crianças e adolescentes do projeto Bombeiro Mirim, Guarda Mirim e Programa Educacional de Resistência às Drogas (Proerd). Também marcaram presença representantes dos órgãos do Poder Judiciário, Polícia Civil, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros, Casa de Nazaré, Conselho Tutelar, Unimed e Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae).



Créditos Glécia Rany, Coordenadora
Do CREAS/PAEFI



Créditos Glecia Rany, Coordenadora do
CREAS/PAEFI

No mês de setembro foi realizada uma pequena roda de conversa na disciplina de questão social do Centro Acadêmico do CEULJI/ULBRA.

A Roda de Conversa teve como tema “Como enfrentar a violência sexual contra crianças e adolescentes” e contou com a participação da professora da disciplina e acadêmicos do curso de Serviço Social e Direito.

A roda de conversa é um método que consiste na criação de espaços de diálogo em que os alunos podem se expressar e, sobretudo, escutar os outros e a si mesmos. ‘A integralidade é abordada como uma construção coletiva que passa a ganhar forma e expressão no espaço do encontro dos diferentes sujeitos’ implicados” (PINHEIRO, 2007).

Foi discutido sobre o trabalho de enfrentamento à violência e abuso sexual contra crianças e adolescentes e a importância dos órgãos e serviços envolvidos na rede de proteção às crianças e adolescentes, principalmente o Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS/PAEFI que tem um papel extremamente relevante no enfrentamento da violência.

Neste contexto também foi apresentado métodos de prevenção que é prático e gratuito, como as denúncias que podem ser feitas para o Disque Denúncia Nacional

(Disque 100); para o Departamento Estadual da Criança e do Adolescente (Deca), através do telefone 0800 642 6400 e as redes competentes, tais como delegacias, conselho tutelar e Ministério Público.



Créditos: Acadêmica Rosane Patrício

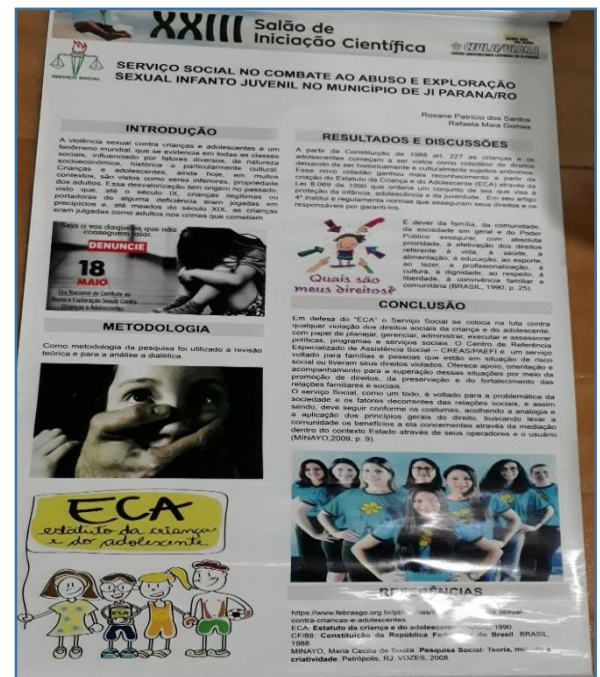
A roda de conversas contou com a interação de todos expondo seus conhecimentos e dúvidas. O objetivo é de estimular o diálogo por meio da problematização, da troca de informações e da reflexão para ampliar a possibilidade de planejamento e ação.

Seguindo a linha de enfrentamento ao abuso e exploração sexual, no mês de outubro foi elaborado um banner com o tema “Serviço Social no combate ao abuso e exploração sexual infantil no município de Ji-Paraná/RO” com orientação da supervisora de campo e acadêmica.

O banner foi exposto e apresentado no salão de iniciação científica no CEULJI/ULBRA, diante do tema apresentado é relevante reafirmar a importância de disseminar conhecimentos para ampliar o combate à violência contra a criança e o adolescente que muitas vezes são vítimas de familiares.



Crédito: Professora e Mestre Rafaela Maia



Crédito: Acadêmica Rosane Patrício

O público alvo foram os acadêmicos de vários cursos da instituição, algumas só passavam e olhavam já outras paravam um minutinho para ouvir e questionar a respeito, foi de grande relevância a apresentação e participação de cada um que parou para ouvir e com certeza cada ação desperta a conscientização e sensibilização de pessoas em relação à necessidade de ações cada vez mais articuladas de prevenção e combate à violência.

[...]. Toda prática social [...] é verdadeiramente uma prática educativa: é a expressão concreta da possibilidade de trabalharmos com sujeitos sociais na construção de seu real, de seu viver histórico. É uma prática que se despoja da visão assimétrica dos com os quais trabalha e que se posiciona diante deles como cidadãos, como construtores de suas próprias vidas. É, portanto, *prática de encontro, da possibilidade do diálogo, da construção partilhada* (MARTINELLI, et al, 1998, p. 147).

No entanto, se faz necessário continuamente o fortalecimento da prática educativa, da orientação e sensibilização da população referente seus direitos e deveres no combate a violência e abuso sexual essencial nos dias atuais.

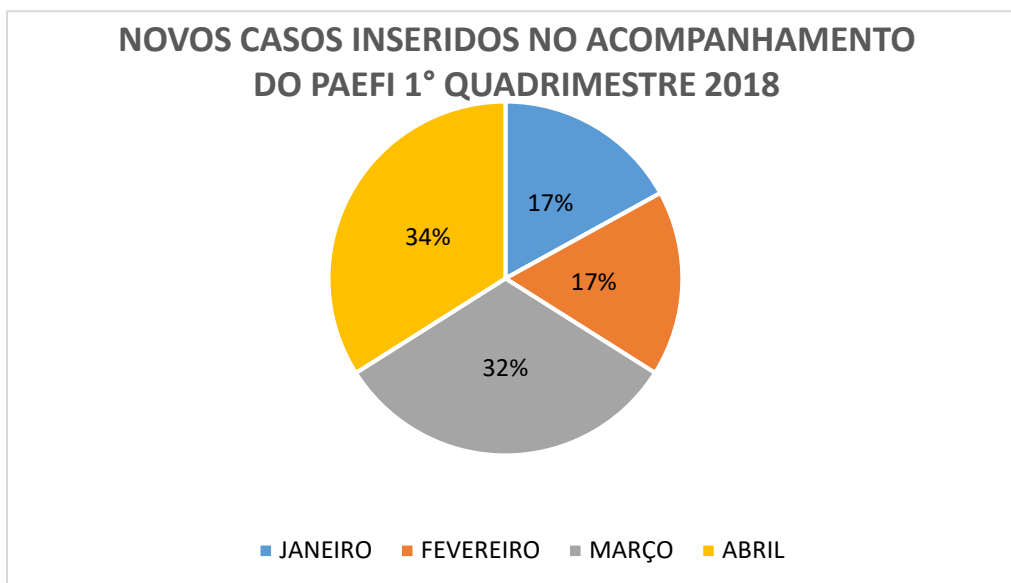
Por seguinte foi realizado ainda uma pesquisa documental nos arquivos institucionais do CREAS/PAEFI sob orientação e supervisão do profissional de Serviço Social. Diante da pesquisa é possível observar que muitos são os casos que

chegam até a instituição, através de denúncias, do conselho tutelar, do ministério público, das delegacias etc. Infelizmente o abuso sexual contra crianças e adolescentes atualmente é um dos problemas sociais mais gritantes em nossa sociedade, vivenciado por milhares de crianças e adolescentes. Só recentemente através das políticas públicas de defesa e apoio psicossocial é que está tendo maior visibilidade e a preocupação em combater por parte da sociedade.

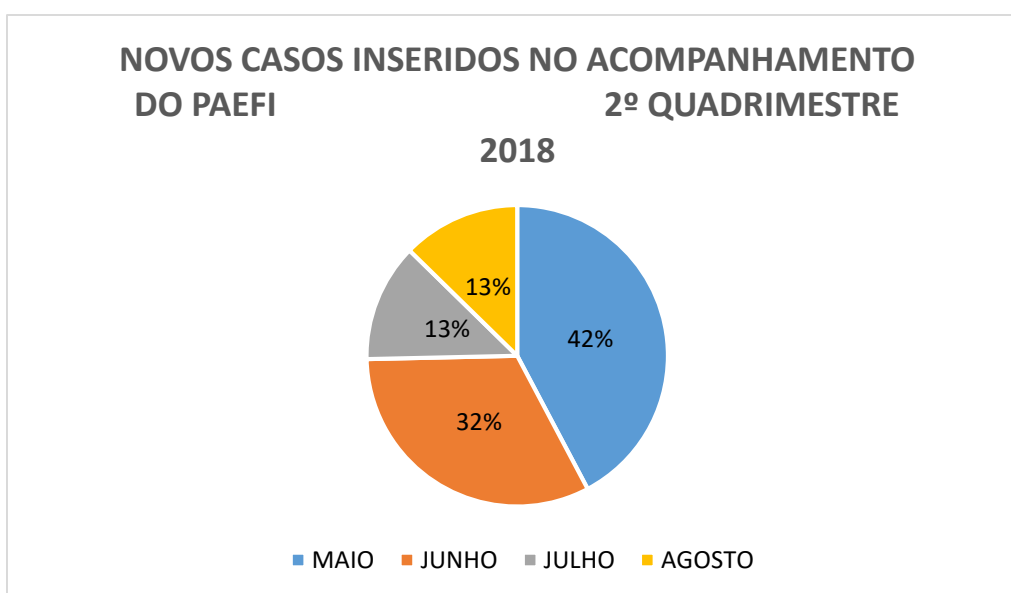
A violência sexual acontece em todos os tipos de classes. O abuso sexual se caracteriza por três maneiras distintas: não envolvendo contato físico (abuso verbal); envolvendo contato físico (carícias, sexo oral, sexo anal, manipulação das genitais) e envolvendo violência (estupro). Qualquer um desses três tipos de maneiras gera um trauma de grande proporção na cabeça da criança, muitos se expressam por manifestarem comportamentos sexuais inadequados para sua idade, outros se tornam violentos e também há aqueles que ficam submissos as vontades das pessoas. (SILVA, 2002, p. 03-38)

Independentemente de classe social, raça ou etnia violência sexual cometidas contra crianças são tipos de violações, gerando traumas psicológicos nas vítimas, as deixando fragilizadas emocionalmente, fato que será acarretado por toda sua vida de maneira traumática e certamente poderá interferir em seu desenvolvimento.

Os gráficos a seguir mostram os números de casos inseridos no primeiro e segundo quadrimestre do ano de 2018 no Serviço do CREAS/PAEFI de Ji-Paraná.



Crédito: Acadêmica Rosane Patrício



Crédito: Acadêmica Rosane Patrício

A partir da tabulação de dados realizada se observa que no primeiro quadrimestre o número de casos novos inseridos no CREAS/PAEFI é de 53 casos e que no segundo quadrimestre subiu para 71 casos, percebe-se que cada mês que passa a demanda só aumenta. O Serviço atende uma demanda muito grande, mesmo que estes números sejam assustadores, as estatísticas ainda não condizem com a realidade já que o número de abusos não denunciados é ainda maior.

Segundo Gabel (1997), as situações de violência sexual contra crianças e adolescentes muitas vezes permanecem ocultas. Geralmente, há um silêncio cercando esses fatos, pois as vítimas têm dificuldade de denunciar e os adultos responsáveis não são capazes de ouvir o que elas têm a dizer.

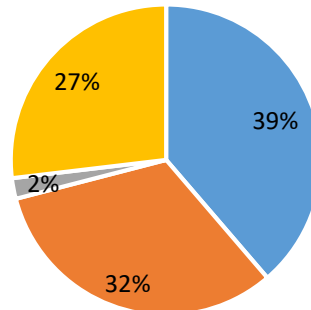
A maioria das vítimas não denuncia a situação de abuso sexual, por constrangimento e medo de ser humilhada Araújo, Costa, Carvalho, Santa Bárbara, Santos, Gomes & Sousa (2002, 2007) O receio de que não haja compreensão ou da interpretação equivocada por parte da família, dos amigos, das autoridades e conhecidos também pode levar a vítima a silenciar diante da violência. Assim, a verdadeira prevalência dos casos de violência sexual ainda é pouco conhecida e acredita-se que a subnotificação ainda seja muito grande (COSTA & COLS, 2007).

Muitas vezes, as situações de abuso perduram por muito tempo e são praticadas por pessoas que mantêm uma relação afetiva significativa com a criança, aspecto que se torna mais complexo quando implica que a revelação pode levar à dissolução dessa relação e mesmo à culpabilização do responsável Arpini, Hermann, Forno & Soares, Santos & Dell'aglio, Gonçalves, Araújo (2010, 2005, há casos nos quais a vítima assume o papel de culpada pelo ocorrido, sendo acusada de destruir o estado de harmonia e de unidade da família podendo até ser afastada de casa.

A denúncia é necessária para que esta criança ou adolescente receba o tratamento adequado e assim não torne o abuso um ciclo vicioso. Os casos normalmente são descobertos através do conselho tutelar, escolas ou parentes e pessoas próximas à vítima e só depois de oficializados, que começam a ser investigados.

A partir da tabulação dos dados realizada no CREAS/PAEFI se pode observar o número de crianças e adolescentes em situações de violência ou violações de direitos no primeiro quadrimestre do ano de 2018.

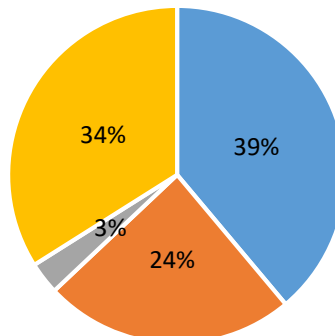
**CRIÇAS OU ADOLESCENTES EM SITUAÇÕES DE VIOLÊNCIA
OU VIOLAÇÕES
1º QUADRIMESTRE 2018**



- VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR (FÍSICA OU PSICOLÓGICA)
- VÍTIMAS DE ABUSO SEXUAL
- VÍTIMAS DE EXPLORAÇÃO SEXUAL
- VÍTIMAS DE NEGLIGÊNCIA OU ABANDONO

Crédito: Acadêmica Rosane Patrício

**CRIÇAS OU ADOLESCENTES EM SITUAÇÕES DE VIOLÊNCIA OU
VIOLAÇÕES
2º QUADRIMESTRE 2018**



- VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR (FÍSICA OU PSICOLÓGICA)
- VÍTIMAS DE ABUSO SEXUAL
- VÍTIMAS DE EXPLORAÇÃO SEXUAL
- VÍTIMAS DE NEGLIGÊNCIA OU ABANDONO

Crédito: Acadêmica Rosane Patrício

Os dados acima mostram um número exorbitante por parte da violação de direitos da criança e do adolescente dentro do âmbito intrafamiliar, abuso sexual,

exploração sexual e por último negligência/abandono dentro no município de Ji Paraná/RO.

O desenvolvimento da sociedade atual traz consigo uma grande preocupação relacionada ao número ascendente de casos de violência contra a criança e o adolescente principalmente no ambiente intrafamiliar, configurando-se como um grande problema de saúde pública em várias cidades do Brasil (OLIVEIRA, 2012).

Dados do Ministério da Saúde mostram que a maior parte das agressões na infância ocorre na residência da própria criança (64,5%) e que, em grande parte, os agressores são os próprios pais ou outros familiares, ou alguém do convívio muito próximo da criança e do adolescente (Brasil, 2012). Os principais autores da violação de direitos das crianças são pessoas próximas

O ambiente familiar que, para muitos traz uma conotação de acolhimento, aconchego, cuidado, conforto, confiança e acima de tudo proteção, passa para outra vertente, quando se trata da violência intrafamiliar, uma vez que para muitas crianças o ambiente é sinônimo de sofrimento, medo e maus-tratos, gerando inúmeras consequências e esta é vitimizada.

Muitos autores explicitam que a maior parte de violência contra crianças é praticada dentro de sua residência e que os principais agressores são os próprios pais e outros familiares, tendo variadas formas de expressão, dentre elas: física, psicológica e sexual (DAY et al., 2003; BOURDIEU, 2004; ZOTTIS, ALGERI & PORTELLA, 2006).

Na continuidade das intervenções em função do enfrentamento à violência e ao abuso sexual, também foi realizado um trabalho com o grupo de crianças atendidas no PAEFI, nesse grupo participam por volta de 20 crianças e adolescentes, o grupo é organizado pelas profissionais da instituição: a Pedagoga e a Psicóloga. O objetivo do grupo é manter o vínculo e contato com essas crianças e adolescentes. O Estatuto da Criança e do Adolescente em seu 5º parágrafo ressalta que,

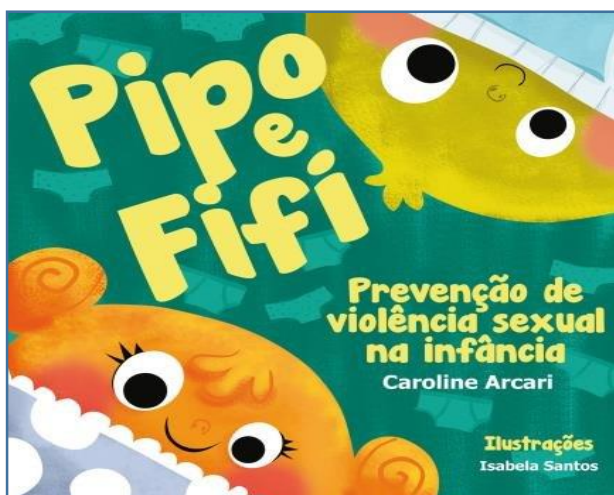
É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à cultura, à profissionalização, à

dignidade, ao respeito, à liberdade e a convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (ECA, 1990, art. 5º).

A legislação assegura o fortalecimento de políticas públicas que fortaleçam os laços familiares e comunitários onde se encontra a criança e ao adolescente, garantindo os direitos. Em outra atividade interventiva sob orientação da psicóloga, da pedagoga e da assistente social que trabalham na instituição foi discutido e planejado sobre o que seria realizado neste dia. Com o foco em relação à prevenção e combate à violência sexual e ao abuso sexual, foi organizado primeiramente uma acolhida para as crianças se sentirem mais à vontade, onde cada uma se apresentaria, falando o nome, idade e onde estudava.

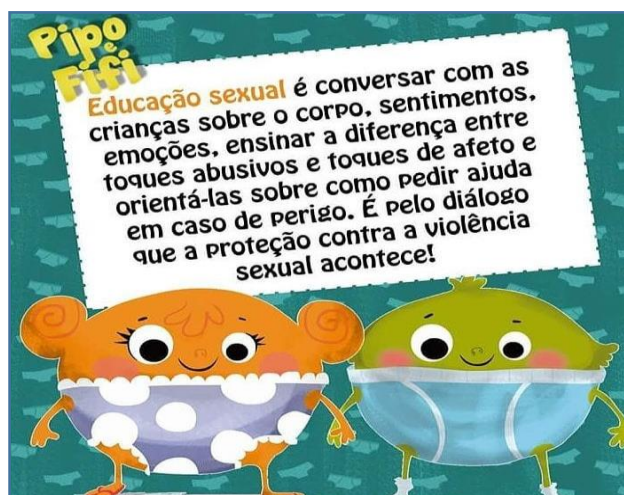
Foi preparado dois vídeos de orientação sexual, o “Quebrando o Silêncio” e o do “ Pipo e Fifi prevenção de violência sexual na infância”. Foram desenvolvidas atividades referente aos vídeos e como fechamento das ações do dia foi servido um lanche (pipoca suco e sorvete).

Figura 4: Livro PIPO e FIFI



Fonte: (Internet)⁴

Figura 5: Livro PIPO e FIFI

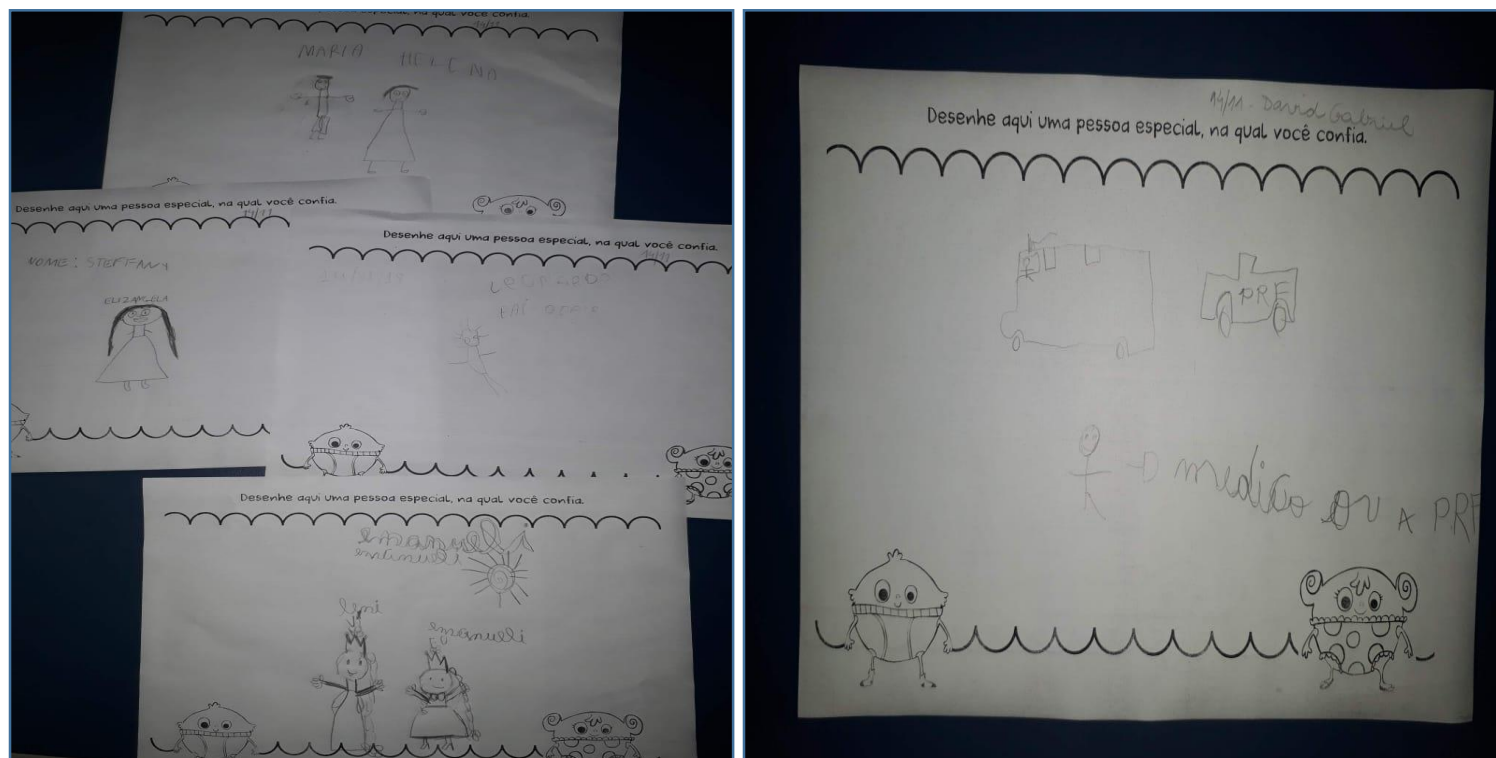


Fonte: (Internet)⁵

⁴Disponível em: [https:// http://www.graau.com.br/pipo-e-fifi-uma-ferramenta-no-combate-a-violencia-sexual-na-infancia/](https://http://www.graau.com.br/pipo-e-fifi-uma-ferramenta-no-combate-a-violencia-sexual-na-infancia/) Acesso em: 03 de Maio de 2018.

⁵Disponível em: [https:// http://www.graau.com.br/pipo-e-fifi-uma-ferramenta-no-combate-a-violencia-sexual-na-infancia/](https://http://www.graau.com.br/pipo-e-fifi-uma-ferramenta-no-combate-a-violencia-sexual-na-infancia/) Acesso em: 03 de Maio de 2018.

A participação das crianças muito bacana houve uma interação por parte delas, referente às atividades, uma que chamou mais atenção foi a do desenho onde cada qual recebeu uma folha em branco e materiais para que fosse desenhado quem mais amavam e confiavam. Nos desenhos saíram o papai, a mamãe, irmãos e até mesmo o médico e policia rodoviária federal.



Créditos: Acadêmica Rosane Patrício

No entanto se pode observar que as crianças sentem um carinho e uma confiança muito grande pela família, se sentem protegidos e amparados, mais infelizmente por muitas das vezes é dentro desse seio familiar que ocorre a violação de direitos.

Independentemente dos formatos ou modelos que assume, é mediadora das relações entre os sujeitos e a coletividade, delimitando, continuamente os deslocamentos entre o público e o privado, bem como geradora de modalidade comunitária de vida. [...], é preponderante retomar que as novas feições das famílias estão intrínseca e dialeticamente condicionadas as transformações econômicas e sociais, de hábitos e costumes e ao avanço da ciência e da tecnologia. Nesta perspectiva, podemos dizer que estamos diante de uma família quando encontramos um conjunto de pessoas que se acham unidas por laços consanguíneos, afetivos e, ou, de solidariedade.

Como resultado das modificações acima mencionadas, superou-se a referência de tempo e de lugar para a compreensão do conceito de família (PNAS, 2004, p. 43)

Embora ocorra, de forma sintetizada a elaboração dos princípios dos direitos da criança e do adolescente, esse conjunto de regras, algumas vezes não se mostram eficazes, notadamente é observado que há a destinação dos direitos. Para se tornar eficiente e eficaz a garantia dos direitos, é necessária a conscientização de uma grande parcela da sociedade que detém de mecanismos que venham possibilitar a participação da família, da sociedade e da comunidade e do Estado em torno desta efetivação de lutas por direitos e proteção das crianças.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando ocorre a desigualdade devido às relações de poder e força decorrem os atos de abuso e exploração sexual infanto-juvenil, causando consequências e traumas através diversos, medo, ameaças que geram problemas relacionados aos aspectos psicológicos e sociais.

O abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes é uma expressão da questão social que está inserida em diversos setores da sociedade, demonstrando sua complexidade, pois envolve fatores culturais, econômicos, políticos e sociais que muitas vezes são utilizados como justificativa de violações.

É o tipo de maus-tratos que mais danifica o desenvolvimento infantil, ultrapassando os danos gerados pela violência física, negligencia abandono, entre outros. Com isso, percebe-se o quanto é urgente o aumento das redes de proteção e articulação na prevenção da violência sexual infantil. A prevenção é a forma de evitar o sofrimento das crianças e adolescentes e frear esse ciclo gerador de vítimas.

Analisando os limites e as possibilidades do contexto institucional em que o PAEFI, se insere, observou-se que o contexto da violência sexual contra crianças e adolescentes envolvem vários fatores por ser o Brasil um país com alto índices de desigualdades sociais e econômicas.

Constata-se a crescente demanda de trabalho de prevenção desenvolvido no serviço, no sentido de orientar a população sobre como detectar os sinais de violência sexual contra crianças e adolescentes e denunciar aos órgãos competentes os abusadores.

O trabalho de prevenção desenvolvido no CREAS/PAEFI conta com a atuação de uma equipe multidisciplinar, envolvendo profissionais da área e psicologia, advocacia, pedagogia e serviço social além dos estagiários que auxiliam com suas pesquisas e intervenção.

Destaca-se que a atuação do Serviço Social no CREAS/PAEFI, é fundamental e imprescindível tanto no acolhimento das famílias e das vítimas, quanto no acompanhamento e proposição de projetos e ações mais amplas de intervenção na realidade visando o combate à violência e exploração sexual de crianças e adolescentes.

Considerando essa complexidade, a estagiária conclui que, a promoção dos direitos se faz com a efetiva implementação das políticas de atendimento que deve ocorrer de forma articulada por ações governamentais, da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios e por ações não governamentais, que devem garantir todos os direitos fundamentais das crianças e dos adolescentes.

Mas não basta que os direitos estejam no papel. É preciso um sistema que garanta esses direitos, que se estabelece em três campos, o da promoção dos direitos, a defesa desses direitos e o controle social.

A defesa consiste na garantia do acesso à justiça. O controle social das ações de promoção e defesa dos direitos é atribuição soberana da sociedade, por meio de suas organizações e representações, em especial, conselhos de direitos e conselhos setoriais de formulação e controle de políticas públicas. É aqui que se situa a importância do esforço de criação e consolidação dos Conselhos de Direitos e Tutelares em todos os municípios brasileiros, instância federativa de execução da maioria das políticas de atendimento.

A sociedade precisa compreender e questionar se o que está previsto nas nossas leis está sendo garantido para todas as crianças e adolescentes de todas as regiões e classes sociais em nosso país.

REFERÊNCIAS

- ADED, Naura Liane de Oliveira Ade et al. **Abuso sexual em crianças e adolescentes**: revisão de 100 anos de literatura. Revista de Psiquiatria Clínica, Rio de Janeiro, v. 33, n. 4, p. 204- 213, nov. 2006.
- Amaral, V. (2004). **Desafios do trabalho em rede**. Disponível em: <http://www.rts.org.br/bibliotecarts/artigos/arquivos/redes_vamaral_desafios.pdf>. Acesso em: 25 de março de 2019.
- ÁRIES, Philippe. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.
- Araújo, M. F. (2002). **Violência e abuso sexual na família**. Psicologia em Estudo, 7, 3-11.
- Arpini, D. M., Hermann, C., Forno, C. D., & Soares, A. C. (2010). **A importância da escuta na revelação da violência contra a infância e a adolescência**. Psicologia, Educação e Cultura, 14(1), 111-128.
- BRASIL. Lei 8069 de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. 12ª edição. Brasília, 2012.
- BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos. **Balanço das denúncias de violações de direitos humanos**. Governo Federal. Disponível em: <<http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/>> Acesso em: 25 de março 2019.
- Brasil (2003). **Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990**. 4. ed. Brasília: Saraiva
- BONETTI, Dilsea A. (org.) **Serviço social e ética: convite a uma nova práxis**. São Paulo: Cortez, 2007.
- BURIOLLA, Marta A. Feiten. **O estágio supervisionado**. São Paulo: Cortez, 1995. 176p.
- CARVALHO, Marta Chagas de. **Quando a história da educação é a história da disciplina e higienização das pessoas**. In: FREITAS, Marcos Cezar de. (Org). História social da infância no Brasil. São Paulo: Ed. Cortez, 1999.
- CHAMBOULEYRON, Rafael. Jesuítas e as crianças no Brasil quinhentista. In: PRIORE, Mary Del (Org). **História das Crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1999.
- CHAUÍ, Marilena. Uma ideologia perversa: **explicações para a violência impedem**

que a violência real se torne compreensível. In: Folha de São Paulo , 14 de março de 1999.

COSTA, Marli de Oliveira. **Infâncias e "artes" das crianças: memórias, discursos e fazeres** (sul de Santa Catarina - 1920 a 1950). Tese de doutorado. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

Costa, M. C. O., Carvalho, R. C. de, Santa Bárbara, J. de F. R., Santos, C. A. S. T., Gomes, W. de A., & Sousa, H. L. de. (2007). **O perfil da violência contra crianças e adolescentes, segundo registros de Conselhos Tutelares:** vítimas, agressores e manifestações de violência. *Ciência & Saúde Coletiva*, 12(5), 1129-1141.

CUSTÓDIO, André Viana. **Direito da criança e do adolescente.** Criciúma: UNESC, 2009.

DAY, V. P.; TELLES, L. E. B.; ZORATTO, P. H. et al. **Violência doméstica e suas diferentes manifestações.** In: *Revista de psiquiatria do Rio Grande do Sul*, vol.25, supl.1, abr. 2003

Filho, C. M. (2001). **Violência fundadora e violência reativa na cultura brasileira.** *São Paulo em Perspectiva*, 15(2),20-27. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010288392001000200004> Acesso em: 28 março 2019.

Gabel, M. (1997). Algumas observações preliminares. Em: M. Gabel (Org.), **Crianças vítimas de abuso sexual** (pp.9-13). São Paulo: Summus.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. Infância e Pensamento. In: GHIRALDELLI JR., Paulo. (org.). **Infância, escola e modernidade.** São Paulo: Cortez; Curitiba: Editora da UFPR, 1997, p. 83 – 100.

Habigzang, L. F, Azevedo, G. A., Koller, S. H., & Machado, P. X. (2006) Risk and protective factors in the resource network for children and adolescences victims of sexual violence. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 19(3), 379-386. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-79722006000300006&script=sci_arttext Acesso em: 28 março 2019.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade:** trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 2003.

MALTA, Sílvia Barreto Brito. **Violência na família: uma matriz da violência na sociedade.** Prefeitura Municipal de Coruripe; S>A Usina Coruripe de Açúcar e Alcool; Ministério Público de Alagoas. Promotoria de Justiça de Coruripe. 1º Edição. Alagoas, 2002

MARCÍLIO, Maria Luiza. **A roda dos expostos e a criança abandonada na**

história do Brasil. 1726-1950. In: FREITAS, Marcos Cezar de. (Org). História social da infância no Brasil. São Paulo: Ed. Cortez, 1999.

MOURA, Esmeralda Blanco Bolsonaro de. **A história trágico-marítima das crianças nas embarcações portuguesas do século XVI.** In: PRIORE, Mary Del (Org). História das Crianças no Brasil. São Paulo: Contexto, 1999.

Nathanson, M. (1997). **A hospitalização das crianças vítimas de abusos sexuais.** In Gabel, M. (Org.), Crianças vítimas de abuso sexual (pp. 155-163). São Paulo: Summus.

NEPOMUCENO, Valéria. **A violência e a exploração sexual vidas marcadas.** In: Sistema de garantia de direitos. Um caminho para a proteção integral. Centro Dom Helder Câmara de Estudos e Ação Social. Recife: CENDHEC, 1999, p.355-369.

PASSETTI, Edson. **Crianças carentes e políticas públicas.** In: PRIORE, Mary Del (Org). História das Crianças no Brasil. São Paulo: Contexto, 1999.

PRIORE, Mary Del (Org.). História das crianças no Brasil. São Paulo: Contexto.1999.

RAMOS, Fábio Pestana. **A história trágico-marítima das crianças nas embarcações portuguesas do século XVI.** In: PRIORE, Mary Del (Org). História das Crianças no Brasil. São Paulo: Contexto, 1999.

RIZZINI, Irene. **O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil.** Rio de Janeiro: Ed. Universitaria Santa Ursula Amais, 1997.

VERONESE, Josiane Rose Petry. **Os direitos da criança e do adolescente.** São Paulo: LTR, 1999.

SANTOS, Hélio de Oliveira. **Criança violadas.** Brasília, CBIA: CRAMI, 1991.

SANTOS, Monique O.; ARAÚJO, Paula F. dos. Análise da atuação dos conselheiros tutelares de Maceió-AL. Faculdade de Serviço Social. Trabalho de Conclusão de Curso. Maceió: UFAL, 2006.

Scherer, E. A., & Scherer, Z. A. P. (2005). **A criança maltratada: uma revisão da literatura.** Revista Latino-Americana de Enfermagem, 8(4), 22-29. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010411692000000400004&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 28 de março de 2019.

Tavares, M. (2004). Criando a rede especializada de atendimento. In G. Pizá & G. F. Barbosa (Orgs.), **A violência silenciosa do incesto** (pp. 201-207). São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Rio de Janeiro: Clínica Psicanalítica da Violência.

Viaux, J. (1997). **A perícia psicológica das crianças vítimas de abusos sexuais.** In M. Gabel (Org.), Crianças vítimas de abuso sexual (pp 121-131). São Paulo: Summus.

SILVA, A. N. N; VILHENA, J., Abuso sexual de crianças. Pontifícia Universidade católica do Rio de Janeiro - Campos Rio de Janeiro ,s/ ed., p.3-38,1998.

POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – PNAS, aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social por intermédio da Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004, e publicada no Diário Oficial da União – DOU do dia 28 de outubro de 2004.